



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E  
SECRETARIADO EXECUTIVO – FEAACS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

ELIANE SUELI DA LUZ DOS SANTOS

EMPODERAMENTO ECONÔMICO DAS MULHERES DE SÃO VICENTE ATRAVÉS  
DO MICROCRÉDITO

FORTALEZA-CE

Julho, 2013

ELIANE SUELI DA LUZ DOS SANTOS

EMPODERAMENTO ECONÔMICO DAS MULHERES DE SÃO VICENTE ATRAVÉS  
DO MICROCRÉDITO

Monografia apresentada ao Curso de Administração do Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Jocildo Figueiredo  
Correia Neto

FORTALEZA - CE

Julho, 2013

ELIANE SUELI DA LUZ DOS SANTOS

EMPODERAMENTO ECONÔMICO DAS MULHERES DE SÃO VICENTE ATRAVÉS  
DO MICROCRÉDITO

Monografia apresentada ao Curso de Administração do Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Administração.

Aprovada em \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Jocildo Figueiredo Correia Neto (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Laudemiro Rabelo de Souza e Moraes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Odilardo Viana Avelar Júnior  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

## **DEDICATÓRIA**

À minha família em especial ao meu  
inesquecível cunhado e compadre Arlindo Pio  
(in memorium).

“Todas as vitórias ocultam uma abdicação”.

(Simone de Beauvoir)

## AGRADECIMENTOS

A DEUS pela força, por nunca me ter abandonado nos momentos difíceis e por ter sempre me iluminado nessa caminhada.

Aos meus pais, João Baptista e Maria Deolinda pela boa educação que me deram, por sempre estarem do meu lado, dando muita força para superar as dificuldades e correr atrás da realização do meu sonho, amo muito vocês.

Um muito obrigado a todos os meus irmãos, sobrinhos, cunhados (as) pela força e ajuda para superar a saudade e os momentos ruins, por sempre poder contar com o vosso apoio mesmo estando longe fisicamente, separados por tantos quilômetros, torceram muito para o meu sucesso e vibraram também comigo em todas as minhas conquistas.

Agradeço também a todos os outros membros e amigos da minha família, que de alguma forma torceram por mim e me ajudaram durante esses anos todos e as minhas colegas de apartamento, que na ausência da família biológica se tornaram um porto seguro, verdadeiras irmãs e companheiras de luta.

Ao Professor Jocildo, por ter aceitado ser orientador, pela ajuda e dedicação, sem sua importante ajuda não seria possível a realização deste trabalho. Aos professores Laudemiro Rabelo e Odilárdo Viana por aceitarem o convite de fazer parte da banca.

Minha eterna gratidão à Universidade Federal do Ceará pela oportunidade que me deram e que agarrei com toda garra de me tornar uma Administradora como sempre quis, e a todos os colegas e corpo docente que durante esses cinco anos fizeram parte da minha formação.

Como dizem que “quem tem amigos nunca está só”, não poderia deixar de agradecer à todos os meus amigos, em especial ao Gil Costa pelas dicas e sugestões dadas para a realização da monografia e ao meu namorado pelo apoio e companheirismo durante esse tempo.

Foram cinco anos de desafio, de muita saudade, longe da família, dos amigos, um país novo, novos colegas, mas hoje posso dizer que valeu a pena, deixo aqui meu agradecimento também aos demais que de alguma forma contribuiram para que hoje pudesse realizar o meu sonho e também a todos aqueles que contribuiram para a elaboração desta monografia.

## RESUMO

As mulheres e seus filhos são os principais afetados pelos efeitos da pobreza, da desigualdade social e de gênero, sendo que a mulher sempre busca uma alternativa de produzir renda extra para garantir o sustento da família e o equilíbrio na renda familiar. O microcrédito surge como uma importante ajuda para essas mulheres que, impedidas de recorrer às formas tradicionais de concessão de crédito, recorrem às instituições que concedem microcrédito para realizarem profissionalmente e aumentar a renda familiar, mudando essa imagem da mulher dependente do homem, tornando-se mais forte e autônoma, mas mantendo sua essência da mulher caboverdeana de mãe e chefe de família. O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a contribuição do microcrédito, oferecido pela MORABI, para o empoderamento econômico das mulheres da ilha de São Vicente – Cabo Verde, assumindo também como importante instrumento de combate a pobreza e a exclusão social no país. Trata-se de uma survey conduzida por meio questionários, aplicado por telefone e por entrevista pessoal agendada. Quanto aos fins a pesquisa se classifica como exploratória e descritiva e quanto aos meios como telematizada, bibliográfica e documental. Após a análise dos dados concluiu-se que o microcrédito contribui para o empoderamento econômico das mulheres de São Vicente, muitas receberam o microcrédito mais de uma vez, ampliando o negócio, garantindo não só o autoemprego, mas também o emprego de terceiros, desenvolvendo a comunidade onde vivem. Depois de terem aplicado o microcrédito a maioria afirmou estar se sentindo mais independentes e satisfeitas, e com isso elevam a sua autoestima, melhoram as condições de vida de suas famílias à nível da saúde, alimentação, habitação (muitas conseguiram aumentar o número de cômodos da casa) e na educação, onde vale destacar que muitas conseguem pagar a universidade dos filhos tanto no país quanto no estrangeiro.

**Palavras-chave:** Microcrédito. Empoderamento feminino. São Vicente. MORABI.

## ABSTRACT

Women and children are the most affected by the effects of poverty, social inequality and gender, and the woman always seeks an alternative to produce additional income to ensure the sustenance of the family and balance in family income. Microfinance emerged as an important aid to these women, barred from recourse to traditional forms of credit, turn to institutions that provide microfinance to perform professionally and increase family income by changing this image of women dependent on men, becoming stronger and more autonomous, but keeping its essence of Cape Verdean woman of mother and head of household. The present work aims to demonstrate the contribution of microcredit offered by MORABI for the economic empowerment of women on the island of São Vicente - Cape Verde, also assuming an important tool for combating poverty and social exclusion in the country. This is a survey conducted through questionnaires administered by telephone and by personal interview scheduled. As for research purposes is classified as exploratory and descriptive and the means as telematic, literature and documents. After the analysis of the dice it is concluded that microcredit contributes to the economic empowerment of women of São Vicente, many received micro-credit more than once, expanding the business, ensuring not only self-employment, but also the third job, developing the community where they live. After having applied the microcredit most claimed to be feeling more independent and satisfied, and thus raise their self-esteem, improve the living conditions of their families to health, food, housing (many have managed to increase the number of rooms of the House) and in education, where it is worth noting that many are able to pay the University of children both in the country and abroad.

**Keywords:** Microcredit. Female empowerment. São Vicente. MORABI.

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 1 – Faixa etária das participantes .....                                      | 36 |
| Gráfico 2 - Nível de escolaridade das entrevistadas .....                             | 36 |
| Gráfico 3 - Estado Civil das participantes.....                                       | 37 |
| Gráfico 4 - Número de pessoas do agregado familiar.....                               | 37 |
| Gráfico 5 - Número de participantes que tem filhos.....                               | 38 |
| Gráfico 6 - Número de filhos.....   | 38 |
| Gráfico 7- Profissão/Ocupação antes de receber o microcrédito .....                   | 39 |
| Gráfico 8 - Profissão/Ocupação depois de receber o microcrédito .....                 | 40 |
| Gráfico 9 - Razão que as levou a optar por essa atividade.....                        | 40 |
| Gráfico 10 - Localização do negócio .....   | 41 |
| Gráfico 11 - Razão por recorrer a MORABI e não às outras instituições .....           | 42 |
| Gráfico 12 - Número de vezes que receberam o crédito .....                            | 42 |
| Gráfico 13 - Razão por receber o crédito mais de uma vez .....                        | 43 |
| Gráfico 14 - Montante Recebido .....  | 44 |
| Gráfico 15 - Número de Prestações .....   | 45 |
| Gráfico 16 - Já fez o reembolso.....  | 45 |
| Gráfico 17 - Número de prestações por pagar.....                                      | 46 |
| Gráfico 18 - Como foi o reembolso .....   | 46 |
| Gráfico 19 - Teve dificuldade em conseguir o crédito .....                            | 47 |
| Gráfico 20 - Qual foi a dificuldade em conseguir o crédito .....                      | 47 |
| Gráfico 21 - Tempo de espera pela resposta da instituição.....                        | 48 |
| Gráfico 22 - Sentimento depois de ter aplicado o crédito .....                        | 48 |
| Gráfico 23 - Sente-se mais independente .....   | 49 |
| Gráfico 24 - Condição de vida da família .....  | 50 |
| Gráfico 25 - Volume de vendas .....   | 50 |
| Gráfico 26 - Pontos positivos, negativos da instituição e sugestões dos clientes..... | 51 |

## **LISTA DE AVREVIATURAS**

|              |   |
|--------------|---|
| ACDI-VOCA    | Agricultural cooperative for development International              |
| ACEP         | Associação para a Cooperação Entre os Povos                         |
| ADA          | Appui aux Developement Autonome                                     |
| ADF          | Fundação para desenvolvimento de África                             |
| ASDIS        | Associação para Solidariedade e Desenvolvimento da Ilha de Santiago |
| ASDIS        | Federação de Associação de Santiago                                 |
| BAI          | Banco Africano de Investimentos                                     |
| BCA          | Banco Comercial do Atlântico  |
| BCN          | Banco Comercial dos Negócios  |
| BCV          | Banco de Cabo Verde   |
| BI           | Banco Interatlântico  |
| BPG          | Banco Português de Gestão   |
| CCIASB       | Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços de Barlavento |
| CECV         | Caixa Económica de Cabo Verde                                       |
| CITI-HABITAT | Centro de Investigação e Tecnologias Intermedias para o Habitat     |
| ECV          | Escudos Caboverdeanos   |
| FAIMO        | Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra                          |
| FAMI-PICOS   | Associação de Apoio às Iniciativas de Autopromoção Familiar         |
| GMF          | Gabinete de Micro finanças  |
| ICIEG        | Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Gênero       |
| IEC          | Informação, Educação e Comunicação                                  |
| IEFP         | Instituto do Emprego e Formação Profissional                        |
| IFC          | International Finance Cooporation                                   |

|              |  |
|--------------|--|
| IFH          | Imobiliária, Fundiária e Habitat   |
| IMFs         | Instituições de Microfinanças  |
| INE          | Instituto Nacional de Estatística  |
| INPS         | Instituto Nacional de Previdência Social   |
| IPPF         | International Planned Parenthood Federation  |
| MCA          | Millennium Challenge Account   |
| MJEDRH       | Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos            |
| MORABI       | Associação de Apoio à Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento                    |
| NBC          | Novo Banco   |
| OMCV         | Organização das Mulheres de Cabo Verde   |
| ONG          | Organização Não Governamental  |
| ONU Mulheres | Entidade das Nações Unidas para Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres |
| PADFI-CV     | Projecto de Apoio ao Desenvolvimento da Finança Inclusiva em Cabo Verde            |
| PCN          | Personae Come Noi  |
| PNLP         | Programa Nacional de Luta contra a Pobreza   |

## SUMÁRIO

|              |   |           |
|--------------|---|-----------|
| <b>1.</b>    | <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>1</b>  |
| <b>1.1</b>   | <b>Escolha e justificativa do tema .....</b>                            | <b>3</b>  |
| <b>1.2</b>   | <b>Objetivos de estudo.....</b>   | <b>3</b>  |
| <b>1.3</b>   | <b>Hipóteses .....</b>  | <b>3</b>  |
| <b>2.</b>    | <b>COMPREENDENDO O EMPODERAMENTO.....</b>                               | <b>5</b>  |
| <b>2.1</b>   | <b>Conceito de Empoderamento .....</b>                                  | <b>5</b>  |
| <b>2.2</b>   | <b>Niveis do empoderamento .....</b>                                    | <b>6</b>  |
| <b>2.2.1</b> | <b><i>Nível Individual .....</i></b>                                    | <b>6</b>  |
| <b>2.2.2</b> | <b><i>Nível Relacional.....</i></b>                                     | <b>6</b>  |
| <b>2.2.3</b> | <b><i>Nível Contextual .....</i></b>                                    | <b>6</b>  |
| <b>2.3</b>   | <b>Empoderamento das Mulheres .....</b>                                 | <b>7</b>  |
| <b>2.4</b>   | <b>Principios de Empoderamento das Mulheres .....</b>                   | <b>8</b>  |
| <b>3.</b>    | <b>CONTEXTO DO MICROCRÉDITO.....</b>                                    | <b>9</b>  |
| <b>3.1</b>   | <b>Origem do Microcrédito.....</b>                                      | <b>9</b>  |
| <b>3.2</b>   | <b>Microcrédito e Microfinanças .....</b>                               | <b>10</b> |
| <b>3.3</b>   | <b>Características do Microcrédito.....</b>                             | <b>11</b> |
| <b>3.3.1</b> | <b><i>Crédito Produtivo.....</i></b>                                    | <b>11</b> |
| <b>3.3.2</b> | <b><i>Ausência de Garantias Reais .....</i></b>                         | <b>12</b> |
| <b>3.3.3</b> | <b><i>Crédito Orientado .....</i></b>                                   | <b>12</b> |
| <b>3.3.4</b> | <b><i>Adequado ao ciclo de Negócio .....</i></b>                        | <b>12</b> |
| <b>3.3.5</b> | <b><i>Baixo Custo de Transação e Elevado Custo Operacional.....</i></b> | <b>13</b> |
| <b>3.3.6</b> | <b><i>Ação Econômica com Forte Impacto Social.....</i></b>              | <b>13</b> |
| <b>4.</b>    | <b>MICROCRÉDITO EM SÃO VICENTE.....</b>                                 | <b>15</b> |
| <b>4.1</b>   | <b>Localização .....</b>  | <b>15</b> |
| <b>4.2</b>   | <b>Histórico do Microcrédito em Cabo Verde.....</b>                     | <b>16</b> |

|              |   |           |
|--------------|---|-----------|
| <b>4.3</b>   | <b>Microfinanças em Cabo verde .....</b>  | <b>18</b> |
| <b>4.3.1</b> | <b><i>Supervisão e Legislação das Microfinanças .....</i></b>                       | <b>19</b> |
| <b>4.3.2</b> | <b><i>Revisão da Lei das Microfinanças .....</i></b>                                | <b>19</b> |
| <b>4.4</b>   | <b>Concessão de crédito .....</b>   | <b>20</b> |
| <b>4.4.1</b> | <b><i>Por Instituições Financeiras formais .....</i></b>                            | <b>20</b> |
| <b>4.4.2</b> | <b><i>Por ONGs Nacionais .....</i></b>  | <b>21</b> |
| <b>4.4.3</b> | <b><i>Por ONGs Internacionais .....</i></b>   | <b>21</b> |
| <b>4.5</b>   | <b>Contributo das instituições para a propagação do microcrédito em São Vicente</b> | <b>22</b> |
| <b>4.5.1</b> | <b><i>Novo Banco .....</i></b>  | <b>22</b> |
| <b>4.5.2</b> | <b><i>OMCV .....</i></b>  | <b>23</b> |
| <b>4.5.3</b> | <b><i>MORABI .....</i></b>  | <b>24</b> |
| <b>4.6</b>   | <b>Lançamento de um Sistema de Informação de Crédito em Cabo Verde .....</b>        | <b>26</b> |
| <b>5.</b>    | <b>METODOLOGIA.....</b>   | <b>28</b> |
| <b>5.1</b>   | <b>Tipo de Pesquisa .....</b>   | <b>28</b> |
| <b>5.2</b>   | <b>Dados.....</b>   | <b>29</b> |
| <b>5.2.1</b> | <b><i>Fonte de dados.....</i></b>   | <b>30</b> |
| <b>5.2.2</b> | <b><i>Tipos de dados .....</i></b>  | <b>30</b> |
| <b>5.2.3</b> | <b><i>Instrumento de coleta de dados .....</i></b>                                  | <b>30</b> |
| <b>5.2.4</b> | <b><i>Análise dos dados coletados .....</i></b>                                     | <b>31</b> |
| <b>5.3</b>   | <b>População e Amostra.....</b>   | <b>32</b> |
| <b>6.</b>    | <b>ESTUDO DE CASO .....</b>   | <b>34</b> |
| <b>6.1</b>   | <b>Caracterização da Instituição .....</b>  | <b>34</b> |
| <b>6.2</b>   | <b>Apresentação e análise dos resultados .....</b>                                  | <b>35</b> |
| <b>6.3</b>   | <b>Considerações acerca da pesquisa .....</b>                                       | <b>51</b> |
| <b>7.</b>    | <b>CONCLUSÃO .....</b>  | <b>54</b> |
|              | <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>57</b> |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO ÁS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO MICROCRÉDITO DA MORABI.....</b> | <b>60</b> |
| <b>ANEXO A – LEI DAS MICROFINANÇAS.....</b>  | <b>63</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

O papel dos micro e pequenos empresários na criação de rendimentos e empregos em sociedades pobres como a de Cabo Verde têm sido realçados por muitos. Não obstante o crescimento económico, a criação de empregos não tem acompanhado a demanda crescente de mão de obra, o que origina o aumento dos desempregados (na sua maioria do sexo feminino) e a duração da situação de desemprego. Nesse sentido, alternativas como o auto-emprego têm sido apontadas devendo constituir apostas importantes tanto de indivíduos em situação de desemprego como para os formuladores de políticas públicas e para instituições e organizações de promoções.

Hoje muito se tem ouvido falar de igualdade e equidade de gênero. Essa questão tem merecido, também em nível nacional, a atenção e o esforço da parte do Governo e do Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Gênero (ICIEG), que juntamente com os seus parceiros nacionais e internacionais, tem promovido políticas para uma maior equidade e igualdade de gênero, visando não só alcançar a justiça social, como também ser um elemento essencial para a transformação efectiva do país.

Embora a sociedade caboverdeana tenha evoluído, ainda existem muitas desigualdades entre homens e mulheres, nomeadamente no que tange ao emprego. Mas isso vem diminuindo com o tempo, pois a imagem da mulher caboverdiana tem sofrido modificações, tornado-se mais fortes, modernas, competentes, capazes de assumir responsabilidades e, desempenhado um papel fundamental na construção da nação caboverdeana, mas mantendo sua essência de mãe e chefe de família.

Os efeitos da pobreza, da desigualdade social e de gênero afetam principalmente as mulheres e seus filhos, sendo que a mulher sempre busca uma alternativa de produzir renda extra para garantir o sustento da família e o equilíbrio na renda familiar, e muitas vezes, a prática gera uma permanência que a leva a se especializar na área, gerando uma economia constante e eficaz no desenvolvimento familiar e no giro do capital local.

Segundo Yosfiah (2000, p.116), em uma família com carências económicas, a mulher consegue com mais tranquilidade equilibrar os gastos com o dinheiro extra. Ele defende ainda que as mulheres são atores privilegiados no desenvolvimento local.

Conforme afirma a Reforma do Estado (2013), Cabo Verde tem conhecido ganhos incomensuráveis com a entrada das mulheres para as diversas áreas de actividade do país, o

que permite perspectivar um futuro cada vez melhor para a mulher e para o país. O empoderamento das comunidades locais tem passado quase sempre pelo empoderamento das mulheres como criadoras de riqueza material, espiritual e cultural, com repercussão positiva na criação de uma sociedade mais justa, horizontal, homogénea e participativa.

As mulheres das camadas mais pobres, que também têm contribuído para o desenvolvimento do país, encontram nas instituições que concedem o microcrédito uma oportunidade de se realizarem profissionalmente, melhorar a renda e as condições de vidas de suas famílias, e assim conciliar a educação dos filhos e uma oportunidade de negócio, mudando o cenário antigo da mulher dependente do marido, que ocupava uma posição inferior ao do homem e que apenas cuidava da educação dos filhos.

Segundo ACEP (2000 *apud* FERNANDES, 2008, p. 23):

Em Cabo Verde, o microcrédito surge como um instrumento importante na luta contra a pobreza e a exclusão social, uma vez que permite às populações, sobretudo as pessoas que vivem no meio rural e nas periferias urbanas e que estão constrangidas de recorrerem aos recursos bancários por não estar em condições de reunir os requisitos exigidos por essas instituições, terem acesso aos serviços financeiros.

Empoderamento está na capacidade da mulher apropriar-se do direito de existir na sociedade, deve conhecer e lutar pelos seus direitos, pela sua inclusão social, instrução, profissionalização, consciência da cidadania, e sobretudo da transformação do conceito que a mulher tem dela mesma em sua auto-estima.

Empoderar mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais e da economia são garantias para o efetivo fortalecimento das economias, o impulsionamento dos negócios, a melhoria da qualidade de vida de mulheres, homens e crianças, e para o desenvolvimento sustentável (ONU).

Este trabalho tem por tema: “O Empoderamento Econômico das Mulheres de São Vicente através do Microcrédito”. Visa estudar como o microcrédito contribui para o empoderamento econômico das mulheres de São Vicente, considerando-o como instrumento para gerar emprego e diminuir as desigualdades existentes entre homens e mulheres na referida ilha.

## **1.1 Escolha e Justificativa do tema**

A escolha do tema deve-se ao fato de Cabo Verde ser um país onde a pobreza é elevada (cerca de 40% da população é pobre) e embora os objetivos do milênio estejam sendo alcançados, em matéria de desemprego ainda existe uma grande disparidade entre homens e mulheres.

Segundo o censo de 2010 do Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de desemprego é mais elevada nas mulheres, sendo que a ilha de São Vicente se destaca com a maior taxa de desemprego do país, onde existe um percentual de 15,7% para o sexo feminino contra 14,2% do sexo masculino.

Muitas dessas mulheres desempregadas recorrem ao microcrédito como forma de criar o seu próprio emprego para a sobrevivência pessoal e da sua família. Esses dados são confirmados pelas instituições que concedem o microcrédito, pois a maioria das pessoas que solicitam o crédito nas instituições são do sexo feminino.

## **1.2 Objetivos de Estudo**

O objetivo principal desta pesquisa é:

- Demonstrar a contribuição do microcrédito no empoderamento econômico das mulheres de São Vicente.

E tem ainda como objetivos específicos:

- Mensurar a evolução do microcrédito em São Vicente
- Apresentar as instituições que concedem o microcrédito em São Vicente
- Analisar o impacto do microcrédito para as mulheres e suas famílias

## **1.3 Hipóteses**

H1: O Microcrédito ajuda no empoderamento econômico das mulheres de São Vicente.

H2: O Microcrédito não ajuda no empoderamento econômico das mulheres de São Vicente.

O trabalho está dividido em sete capítulos, incluindo a introdução. A seguir será apresentada uma síntese de cada um.

O capítulo dois aborda o conceito do empoderamento, seus níveis, a questão do empoderamento das mulheres, bem como alguns princípios, definidos pela ONU Mulheres e pelo Pacto Global, para que ocorra o empoderamento das mulheres.

No capítulo três é feita a distinção entre microfinanças e microcrédito, são apresentados também a origem e as características do microcrédito.

O capítulo quatro faz referência ao microcrédito em Cabo Verde, particularmente na ilha de São Vicente, apresentando um breve histórico sobre o microcrédito em Cabo Verde, as instituições que concedem o microcrédito, a situação do setor das microfinanças (publicação e revisão da lei das microfinanças) e será apresentado também o projeto de implementação de um sistema de informação de crédito no país.

No capítulo cinco é apresentada a metodologia utilizada na realização desse trabalho.

O capítulo seis aborda o estudo de caso, no qual é caracterizada a instituição e é feita a análise dos dados recolhidos.

No último capítulo é apresentada a conclusão.

## 2. COMPREENDENDO O EMPODERAMENTO

Embora a utilização crescente do termo *empowerment* tenha se dado nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX, a partir dos movimentos emancipatórios, relacionados ao exercício da cidadania como o movimento dos negros, das mulheres, dos homossexuais, movimentos pelos direitos das pessoas deficientes, a tradição do empowerment tem suas raízes na reforma protestante, iniciada por Lutero no séc. XVI, na Europa, num movimento de protagonismo na luta pela justiça social (HERRIGER, 1997 *apud* BAQUERO, 2012, p. 174)

Neste capítulo, serão apresentados os conceitos de empoderamento, seus níveis e a questão do empoderamento das mulheres.

### 2.1 Conceito de Empoderamento

Segundo Blanchard (2011, p. 56), “empoderamento é a criação de um ambiente organizacional que libera o conhecimento, a experiência e a motivação inerente às pessoas”.

Herrenkohl; Judson e Heffner (1999 *apud* SANTANA e SANTOS, 2013 p. 7) definem *Empowerment* como um conjunto de procedimentos que buscam a interação e o envolvimento das pessoas com o trabalho e que as impulsionam a tomar iniciativas e a interferir com ações no processo produtivo.

O empoderamento sugere uma maior participação dos trabalhadores nas atividades da empresa ao lhes ser dada maior autonomia de decisão e responsabilidades, ou seja, trata-se de uma descentralização de poder, com o objetivo de ter trabalhadores mais motivados e envolvidos nas decisões da empresa, pois ao se sentirem que possuem mais responsabilidades tornam-se criativos e procuram soluções para os problemas da empresa, e sentem-se mais confiantes.

“Empoderamento é o processo de libertar o poder que existe nas pessoas – seu conhecimento, sua experiência e sua motivação – e direcionar esse poder à concretização de resultados positivos para a organização” (BLANCHARD, 2011, p. 56).

Conforme Friedmann (1996 *apud* LISBOA, 2007, p. 3), “empoderamento é todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania”.

## 2.2 Níveis do empoderamento

Segundo Mageste *et al* (2008 *apud* MOREIRA *et al.*, 2012, p. 6), o empoderamento possui três níveis: o individual, o relacional e o contextual, que estão intimamente ligados, interferindo e exercendo pressões mútuas, são circundadas por relações de poder.

### 2.2.1 Nível Individual

Segundo Gohn (2004 *apud* MOREIRA *et al.*, 2012, p. 408), empoderamento individual tem como indicadores a autoestima, autoconfiança e autoafirmação, tendo como foco a melhoria nas condições de vida.

O empoderamento no nível individual, com ênfase no aumento do poder individual, influenciado por fatores psicológicos, diz respeito ao aumento da capacidade de influência por parte dos indivíduos sobre os processos que determinam suas vidas.

No nível individual, empoderamento refer-se à capacidade do indivíduo de desenvolver as suas habilidades, conhecimentos e controle sobre sua força pessoal para agir rumo à melhoria da sua situação de vida (BAQUERO, 2012, p. 176).

### 2.2.2 Nível Relacional

Esse nível também é denominado por alguns autores de nível organizacional, trata-se do empoderamento gerado na organização, pela própria organização. Segundo Baquero (2012, p. 177), o empoderamento uma construção em nível organizacional quando se refere à mobilização participativa de recursos e oportunidades em determinada organização.

O mesmo autor afirma ainda que o empoderamento organizacional trata-se de uma abordagem do processo de trabalho que objetiva a delegação do poder de decisão, autonomia e participação dos funcionários na administração das empresas, para que as decisões sejam mais coletivas e horizontais.

### 2.2.3 Nível Contextual

Esse nível também pode ser chamado de nível comunitário. Segundo Baquero (2012, p. 177-178), esse nível envolve um processo de capacitação de grupos ou indivíduos desfavorecidos para a articulação de interesses, buscando a conquista plena dos direitos de cidadania, defesas dos seus interesses e influenciar ações do estado.

Conforme Moreira *et al* (2012, p. 408), o empoderamento contextual ou comunitário tem foco na conquista e defesa de direitos, formação de grupos de apoio, organizações comunitárias, associações a ação social.

### **2.3 Empoderamento das Mulheres**

Ainda hoje as mulheres, quando comparadas aos homens, continuam numa posição de desvantagem no acesso à saúde, formação e emprego. Do ponto de vista econômico e político, a discriminação das mulheres continua, as desigualdades são óbvias em todas as áreas: os homens acedem mais facilmente a lugares de influência política e obtêm melhores rendimentos, mesmo ocupando cargos similares, o desemprego afeta mais as mulheres do que os homens.

Mas o aumento da proporção de mulheres no total da população empreendedora mostra que a mulher em pouco tempo se preparou mais profissionalmente, conquistou espaços, independência econômica e financeira. E agora elas procuram avançar numa questão bem mais profunda: o Empoderamento Econômico Feminino, elas não querem mais ser apenas independentes financeiramente, querem participar em igualdade de condições e de salários em todos os níveis corporativos.

Para Lisboa (2007, p. 1):

Empoderamento na perspectiva feminista é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; é precondição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como gênero; significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e as violações.

O empoderamento busca o equilíbrio de poder entre homens e mulheres, ao criar condições para que a mulher seja autônoma nas suas decisões e na forma de gerir a sua vida. Segundo a ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres), empoderar mulheres para que participem plenamente da vida econômica em todos os setores e níveis da atividade econômica é essencial para:

- Construir economias fortes;
- Estabelecer sociedades mais justas e estáveis;

- Atinjir objetivos internacionalmente acordados para o desenvolvimento, a sustentabilidade e os direitos humanos;
- Melhorar a qualidade de vida para as mulheres, homens, famílias e comunidades;
- Impulsionar as operações e metas dos negócios

## 2.4 Principios de Empoderamento das Mulheres

A participação das mulheres no mercado de trabalho vem crescendo continuamente, e isso mereceu a atenção da ONU Mulheres e do Pacto Global, que ciente do papel das empresas no crescimento da economia, criaram em 2010 os Sete Princípios de Empoderamento das Mulheres, que são um conjunto de considerações que ajudam a comunidade empresarial a incorporar em seus negócios valores e práticas que visem à equidade de gênero e ao empoderamento de mulheres.

Os sete princípios de Empoderamento das Mulheres são:

- Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível;
- Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoioando os direitos humanos e a não discriminação;
- Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres de homens que trabalham na empresa;
- Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres;
- Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing;
- Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social;
- Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero.

Esses princípios têm a finalidade de valorizar e ampliar a liderança feminina no mercado de trabalho, ja que embora a participação feminina no mercado de trabalho tenha aumentado, ainda encontra-se em desvantagem em relação ao sexo masculino.

### **3. CONTEXTO DO MICROCRÉDITO**

#### **3.1 Origem do Microcrédito**

Não se sabe ao certo a origem do microcrédito, já que os registros sobre o assunto são dispersos e não muito difundidos. A primeira manifestação de microcrédito da qual se tem notícia ocorreu no sul da Alemanha em 1846, e foi criada por Raiffeisen que era pastor e prefeito da cidade de Flammersfeld. Tentando amenizar as consequências de um rigoroso inverno, que deixou os fazendeiros locais endividados e na dependência de agiotas, cedeu-lhes farinha de trigo para que, com a fabricação e comercialização do pão, pudessem obter capital de giro. Ele criou a “Associação do Pão”, destinada à constituição de um estoque de mudas de batatas dedicadas a título de crédito para os fazendeiros, que após a colheita honravam os empréstimos tomados. Com o passar do tempo, a associação cresceu e transformou-se numa cooperativa de crédito para a população pobre (TANNURI, 2000 p. 41).

Em 1900, um jornalista da Assembléia Legislativa de Quebec e autodidata em Economia, denominado por Alphonse Desjardins, criou as *Caisses Populaires* que, com ajuda de 12 membros, que eram seus amigos pessoais e do padre da paróquia local, arrecadaram o montante inicial de 26 dólares canadenses para emprestar aos mais pobres. Atualmente, estão associados às *Caisses Populaires* cinco milhões de pessoas, em 1,329 mil agências (TANNURI, 2000 p. 42).

Nos Estados Unidos, a primeira iniciativa de crédito foi desenvolvida por Walter Krump, presidente de uma metalúrgica de Chicago que empregava 500 operários. Para ajudar os operários que precisavam de dinheiro ele concedia adiantamento de parte do salário, procedimento esse que tornou-se inviável diante do montante solicitado pelos metalúrgicos, que passaram a ser vítimas de agiotas, então para melhorar essa situação ele criou os “Fundos de Ajuda” nos departamentos das fábricas, onde cada operário participante depositava mensalmente US\$1,00, destinado a atender aos associados necessitados. Posteriormente, os Fundos de Ajuda foram consolidados e transformados no que foi denominado Liga de Crédito, pois os recursos do fundo tornaram-se insuficientes. Após esta iniciativa, outras se sucederam, existindo, atualmente, a Federação das Ligas de Crédito, operadas nacionalmente e em outros países (TANNURI, 2000 p. 42-43).

Conforme Fernandes (2008, p. 19), muitas outras manifestações pontuais e isoladas existem com características de microcrédito devem ter ocorrido ao redor do planeta.

Porém, o grande marco que desenvolveu, difundiu e serviu de modelo para popularizar o microcrédito foi a experiência iniciada em 1976 em Bangladesh pelo professor de Economia Rural da Universidade de Chittagong, Muhamad Yunus.

Bangladesh apresentou sérios problemas econômicos, logo após sua independência, que foram agravados pela queda agrícola, que levou a população à fome, resultando numa grave crise. Movido pela intenção de ajudar as famílias pobres das aldeias próximas à universidade que lecionava, Yunus iniciou uma peregrinação às instituições financeiras tentando convencer seus dirigentes a conceder crédito a pequenos empreendedores, de baixa renda, de baixa escolaridade e sem bens para oferecer em garantia.

Segundo Tannuri (2000, p. 43), convencido de que os pequenos são bons pagadores e, baseado nos baixos valores demandados, o professor contraiu um empréstimo pessoal e repassou o recurso a alguns empreendedores que em, pouco tempo, quitaram suas dívidas, cujo valor incluía os juros cobrados a Yunus, pelo banco. Essa foi sua primeira experiência de concessão de crédito. Daí por diante, o número de solicitações de empréstimos cresceu. O atendimento, então, foi estendido a centenas de aldeias vizinhas. Com essa atitude, Yunus conseguiu provar que os pobres e analfabetos também são dignos de confiança e que é possível conceder pequenos financiamentos para viabilizar projetos econômicos de microprodutores e artesãos, ajudando essas pessoas, que têm boas idéias, a melhorar a qualidade de vida e a aumentar sua produtividade.

Inicialmente com recursos próprios e depois com repasses conseguidos em bancos e instituições privadas, em 1978, o professor Yunus fundou o Grameen Bank, que está diretamente ligado à ações de redução da pobreza. A clientela é da sua maioria do sexo feminino e não eram exigidas nenhuma garantia para a tomada do empréstimo, senão a formação de um “grupo solidário” de cinco pessoas que respondia em conjunto pelo financiamento (SOUZA, 2011, p. 30).

### 3.2 Microcrédito e Microfinanças

Primeiramente, faz-se necessário fazer a distinção entre microcrédito e microfinanças, já que frequentemente surge confusão entre os dois termos.

A atividade de microcrédito, contudo é definida como aquela que, no contexto das microfinanças, se dedica a conceder crédito de pequeno montante e distingue-se dos demais tipos de empréstimos essencialmente pela metodologia utilizada, bastante diferente daquela adotada para as operações de crédito tradicionais. É comumente

entendida como principal atividade do setor de microfinanças pela importância que tem junto às políticas públicas de redução da miséria e geração de renda (MONZONI, 2008, p. 30).

Para o SEBRAE (2013), microcrédito pode ser definido como:

Uma modalidade de financiamento que busca permitir o acesso dos pequenos empreendedores ao crédito. Utiliza-se de metodologia própria voltada ao perfil e às necessidades dos empreendedores, estimulando as atividades produtivas e as relações sociais das populações mais carentes, o que gera ocupação, emprego e renda.

Segundo Barone *et. al* (2002, p. 11):

Microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor à pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica.

O microcrédito se encaixa no campo das microfinanças e envolve o fornecimento de crédito a clientes não atendidos pelo setor bancário tradicional, abarcando apenas o setor de empréstimos (NERI, 2008, p. 29).

Conforme Parente (2002 *apud* SOUZA, 2011, p. 31), microfinanças é a prestação de serviços financeiros (microcrédito, poupança, seguros, serviços bancários) adequados e sustentáveis para indivíduos e empresas excluídas do sistema financeiro tradicional.

### **3.3 Características do Microcrédito**

Segundo Barone *et. al* (2002, p. 20-22), alguns aspectos caracterizam o microcrédito como uma metodologia específica, dentre eles destacam-se: crédito produtivo, ausência de garantias reais, crédito orientado, adequado ao ciclo de negócio, baixo custo de transação e elevado custo operacional e ação econômica com forte impacto social. A seguir será dada a explicação de cada uma delas segundo o referido autor.

#### **3.3.1 Crédito Produtivo**

O microcrédito é um crédito especializado para determinado segmento da economia: o pequeno empreendimento informal e a microempresa. Portanto, está voltado para

apoiar negócios de pequeno porte, gerenciados por pessoas de baixa renda, e não se destina a financiar o consumo.

### **3.3.2 Ausência de Garantias Reais**

A concessão de crédito a empreendedores de baixa renda, que não têm garantias reais para respaldá-lo, tem sido atendida pelo microcrédito de duas maneiras: a primeira é o aval solidário (ou fiança solidária), que consiste na reunião, em geral, de três a cinco pessoas com pequenos negócios e necessidades de crédito, que confiam umas nas outras para formar um Grupo Solidário, com o objetivo de assumir as responsabilidades pelos créditos de todo o grupo, estabelecendo assim uma rede de apoio, resultando numa baixa inadimplência; e a segunda refere-se à apresentação de um avalista/fiador que esteja de acordo com as condições estabelecidas pela instituição de microcrédito.

### **3.3.3 Crédito Orientado**

O caráter informal de grande parte dos pequenos negócios, o valor reduzido das operações de microcrédito, a ausência de garantias reais nas operações e a formação sócio-cultural dos pequenos empreendedores requerem procedimentos específicos no processo de concessão de microcrédito.

O tomador de microcrédito nem sempre vislumbra o crédito como investimento no seu ramo de negócio e, algumas vezes tem medo de se endividar, assim é fundamental que a concessão do microcrédito seja feita de forma assistida pelo Agente de Crédito (funciona como elo entre a instituição do microcrédito e o tomador do empréstimo), que deve levar aos pequenos empreendedores as informações e orientações essenciais para o êxito do negócio, sendo responsável por estabelecer uma relação profissional e de confiança.

O trabalho do Agente de Crédito começa com uma entrevista com o interessado no microcrédito, no local do empreendimento, onde faz o diagnóstico da situação financeira e dos aspectos gerenciais do negócio, avaliando viabilidade do crédito a ser concedido.

### **3.3.4 Adequado ao ciclo de Negócio**

Apesar de existirem muitas diferenças entre os negócios apoiados pelas operações de microcrédito, existem algumas características que são comuns, e elas criam um “círculo

virtuoso” onde o tomador é incentivado a pagar em dia, já que esse é um requisito importante para obter um novo recebimento. Dentre essas características destacam-se:

- Empréstimos de valores pequenos;
- Prazos de pagamentos curtos: semanais, quinzenais e, no máximo, mensais;
- Caracterização como linha de crédito: possibilidade de renovação dos empréstimos;
- Empréstimos com valores crescentes: aumento dos valores dos empréstimos de acordo com a capacidade de pagamento até o limite estabelecido pela política de crédito de cada instituição.

### **3.3.5 Baixo Custo de Transação e Elevado Custo Operacional**

Baixo custo de transação significa:

- Proximidade do cliente: a localização da instituição de microcrédito deve ser próxima da residência e/ou local de trabalho dos clientes;
- Mínimo de burocracia: adoção de poucos procedimentos burocráticos, tais como documentos, assinaturas etc;
- Agilidade na entrega do crédito: o prazo entre a solicitação e a entrega do crédito deve ser o mais curto possível.

Essas características incentivam o bom uso do crédito e o pagamento em dia, mas por outro lado, o custo de uma instituição sustentável de microcrédito é significativo, o que requer, além da eficiência administrativa, a cobrança de taxas de juros nem sempre baixas. É imprescindível também o uso de tecnologia microfinanceira, que consiste na utilização de ferramentas gerenciais e organizacionais atualizadas, com sistemas integrados de informações financeiras e contábeis, que elevam a sua eficiência e produtividade e reduzem seus custos administrativos e operacionais.

### **3.3.6 Ação Econômica com Forte Impacto Social**

Existe um amplo reconhecimento do impacto positivo do microcrédito nas situações de pobreza, pois, ao permitir o acesso continuado ao crédito para negócios com capital próprio mínimo, fortalece-se o empreendimento e aumenta-se a renda das famílias, o que resulta em melhorias na educação dos filhos, da habitação, da qualidade da alimentação familiar...

O microcrédito vem apoiando modelos alternativos de geração de ocupação e renda para o segmento mais pobre da população, tornando-se um elemento importante de combate à pobreza e a exclusão social.

## **4. MICROCRÉDITO EM SÃO VICENTE**

### **4.1 Localização**

Situadas a 455 km da Costa Africana, as ilhas de Cabo Verde estendem-se por cerca de 4.033 Km<sup>2</sup>. Foram formadas pela acumulação de rochas, resultantes de erupções sobre as plataformas submarinas. Cabo Verde, oficialmente República de Cabo Verde, é um país insular africano, arquipélago de origem vulcânica, constituído por dez ilhas: Santo Antão, São Vicente, Santa Lúzia, São Nicolau, Sal, Boavista, Maio, Santiago, Fogo e Brava.

Foi descoberto em 1460 por Diogo Gomes ao serviço da coroa portuguesa, que encontrou as ilhas desabitadas e aparentemente sem indícios de anterior presença humana. Foi colónia Portuguesa desde o século XV até à sua independência em 1975. O arquipélago, de uma forma geral, tem um aspecto imponente e magestoso, algumas ilhas são áridas mas noutras a vegetação é exuberante, tropical. O relevo da maior parte das ilhas é acidentado, com altitudes que ultrapassam os mil metros em algumas ilhas atingindo mesmo 2.882 metros na ilha do Fogo.

O clima das ilhas mais acidentadas é variado e com alguma pluviosidade. É temperado graças à acção moderadora que o oceano e os ventos alísios exercem sobre a temperatura, sendo que as médias anuais raramente se elevam acima dos 25°C, nunca descendo abaixo dos 20°C. A temperatura da água do mar varia entre 21°C em Fevereiro e Março e 25°C em Setembro e Outubro. A estabilidade climatérica de Cabo Verde garante a possibilidade de se fazer turismo todo o ano.

A população residente no país, segundo o senso de 2010 é de 491.693 habitantes, sendo uma população jovem com média de idade de 23 anos. A falta de recursos naturais e as escassas chuvas no arquipélago determinaram a partida de muitos caboverdianos para o estrangeiro, o que faz com que a população caboverdiana emigrada, atualmente seja maior do que a que vive em Cabo Verde.

Os recursos económicos de Cabo Verde dependem, sobretudo, da agricultura e da riqueza marinha. A agricultura sofre frequentemente os efeitos das secas, as culturas mais importantes são: o café, a banana, a cana-de-açúcar, os frutos tropicais, o milho, os feijões, a batata doce e a mandioca. A banana, as conservas de peixe, o peixe congelado, as lagostas, o sal e as confecções são os principais produtos exportados.

O setor industrial encontra-se em pleno desenvolvimento podendo-se destacar a fabricação de aguradente, vestuário e calçado, tintas e vernizes, o turismo, a pesca e as conservas de pescado e a extração de sal, não descartando o artesanato.

### **Ilha de São Vicente**

Descoberta a 22 de janeiro de 1462, a ilha de São Vicente, é a sétima maior ilha do arquipélago de Cabo Verde, a última a ser povoada, e a segunda mais populosa. Segundo o senso de 2010, a população da ilha é de 76.107 habitantes. Tem uma superfície de 227 km<sup>2</sup>, Mede 24 km de leste a oeste e 16 km de norte a sul. Embora seja de origem vulcânica, a ilha é relativamente plana, o ponto mais alto da ilha é o Monte Verde com 774 m de altitude.

A economia da ilha sempre se baseou quase exclusivamente no comércio e nos serviços. Devido à falta de chuva, a agricultura é de subsistência. A pesca tem alguma relevância, mas apresenta condições para ser uma atividade de maior importância, não só pelas capturas, nomeadamente de lagosta, mas também pelas indústrias derivadas: conservas, seca e salga de peixe e construção naval.

O Porto Grande é o principal porto de Cabo Verde, por onde passam grande parte das importações do país. Está dotado de um terminal de contentores e de instalações de frio e silos que possibilitam a actividade de transbordo de cargas. Existe também uma moderna central de dessalinização da água do mar para consumo público e estaleiros navais.

### **4.2 Histórico do Microcrédito em Cabo Verde**

Segundo Delgado (2010, p.21), o sistema de microcrédito em Cabo Verde tem as suas raízes nas formas tradicionais de solidariedade social e é tão antigo quanto a própria história do País Independente, estando ligado ao associativismo cooperativo. As associações cooperativas, apoiadas pelo organismo estatal INC (Instituto Nacional de Apoio às Cooperativas), e, posteriormente, pelo ICS (Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade) e por organizações internacionais como o FMI, Banco Mundial, tiveram por objetivo, incentivar e sensibilizar as comunidades a organizarem-se e a participarem no processo de desenvolvimento do país.

Com a instalação do regime democrático a partir de 1990, o movimento associativo ganhou maior força tornando-se independente das tutelas do Estado, assumindo uma posição de relevo na construção da sociedade civil cabo-verdiana. Essas organizações

foram acarinhadas no quadro da nova filosofia de gestão das FAIMO e constituem, hoje, parceiros úteis para o desenvolvimento local, em áreas como o desenvolvimento comunitário, microcrédito, actividades geradoras de rendimento com incidências positivas na luta contra a pobreza, promoção da mulher, planeamento familiar, apoio aos deficientes, ambiente, informação, educação, comunicação e na defesa dos direitos humanos (DELGADO, 2010, p.21).

Conforme Soares (2003 *apud* FERNANDES, 2008, p. 22):

As primeiras experiências da prática do microcrédito em Cabo Verde foram registradas na década de 90, embora algumas modalidades já sejam conhecidas, e se enquadravam principalmente dentro de programas de promoção da mulher. Essas primeiras experiências eram um pouco confusas, devido à falta de coordenação entre os intervenientes já que cada um praticava as suas condições de financiamento. Os fundos dessas iniciativas provinham essencialmente da cooperação internacional, eram fundos perdidos e muitas vezes os procedimentos eram impostos pelos financiadores.

Para Delgado (2010, p. 21), o sistema de microcrédito tem sido liderado pelas ONGs internacionais e nacionais, por outras instituições governamentais e pelas instituições de micro finanças – IMF. Estes, por sua vez, podem financiar fundos às ONGs e directamente aos micros empresários, tudo com o intuito de combater a pobreza, cujo slogan é “Djunta mon” (significa trabalhar todos juntos, entreajuda, trabalhar de mãos dadas).

Devido à escassez de recursos, os poderes públicos e a sociedade civil resolveram unir esforços e debruçarem sobre este fenômeno. Assim foi criado em 1999 um comité de pilotagem constituído por órgãos do Governo e ONG's, com o intuito de ter um espaço de concertação entre os intervenientes, visando inventar e formular respostas de políticas e estratégias para o desenvolvimento do micro-crédito em Cabo Verde.

Ressalta-se que apesar de inicialmente quase todos os intervenientes do microcrédito se mobilizaram nesta causa, apenas cinco ONG's constituíram membros fundadores, designadamente: MORABI, OMcv, CARITAS, CITI-HABITAT e ASDIS. Todavia em 2000 a Caritas e a CITI-HABITAT deixaram de participar e entraram novos sócios.

O sistema de microcrédito tem assumido um papel central no Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP), e na última década ganhou uma dinâmica considerável, contribuindo de forma significativa para o processo de inclusão económica e social das camadas mais desfavorecidas, concedendo créditos aos micros empresários, pessoas que

necessitam de empréstimo para desenvolver o seu próprio negócio e que não têm acesso ao crédito bancário, mulheres, consideradas chefes de família, jovens à procura do primeiro emprego.

#### **4.3 Microfinanças em Cabo verde**

As Microfinanças, que englobam o micro-crédito, prestam serviços financeiros a pessoas com baixo rendimento e que não têm acesso a outras instituições financeiras.

É notável a ação das instituições de microcrédito, que têm tido um papel relevante na dinamização das actividades neste sector com resultados visíveis e positivos em praticamente todos os concelhos do país.

O Governo de Cabo Verde define microfinanças como:

Atividade exercida pelas entidades autorizadas, sem o estatuto de instituições de crédito ou para-bancárias, e que praticam habitualmente operações de crédito e/ou de recolha de poupança dos seus membros e ofereçam serviços financeiros específicos a favor das populações que operam essencialmente à margem do circuito bancário tradicional.

Conforme a afirmação do Dr. Carlos Assumpção, no *workshop* sobre a “regulação e Supervisão das Microfinanças”, o mercado cabo - verdiano de Micro finanças caracteriza - se, essencialmente, pelo microcrédito, por uma demanda pouco mapeada, sem oferta de poupança voluntária externa e sem oferta de micro seguros. Afirma ainda que:

Esse mercado pode ainda ser dividido em dois grupos de IMF's: as que procuram sustentabilidade e as que buscam a perenidade. Tanto num como no outro os funding para operações provêm de doações e financiamentos, contudo as diferenças residem no facto de que enquanto as primeiras possuem programas assistenciais separados do credito, financiam todas as actividades, com juros reais de 5 a 6% ao mês e um prazo mais ou menos padrão, no segundo grupo os programas assistenciais estão integrados no microcrédito, o financiamento é direcionado a actividades sociais específicas, com juros de 0 a 2% mês e prazos compatíveis com as actividades financiadas. O grupo que busca a sustentabilidade está associado à FAMF (Federação das Associações de Micro finanças), e mais de 80% das suas carteiras, atende a créditos nas áreas de serviços, nas zonas urbanas.

Ainda que a prática de microfinanças em Cabo Verde seja um fenómeno relativamente recente, debatendo com a escassez de recursos e a dependência dos doadores externos, ela vem ganhando contornos institucionais, relevante quantitativo e papel social e económico importante no contexto da luta contra a pobreza, graças ao trabalho meritório das ONGs.

As microfinanças constituem um importante instrumento acesso da camada mais pobre da população aos serviços financeiros, já que os mesmos não têm acesso aos serviços financeiros tradicional, permitindo-lhes iniciar os seus próprios negócios e providenciar os seus rendimentos.

#### **4.3.1 Supervisão e Legislação das Microfinanças**

Visando a transparência e um desenvolvimento sustentado das Instituições que trabalham com o microcrédito em Cabo Verde, foi criada a lei 15/VII/2007<sup>1</sup> de 10 de Setembro, que veio atribuir ao Banco de Cabo Verde (BCV) a responsabilidade de regular e supervisionar o sector da microfinança. Na sequência, foi criado, junto do BCV o Gabinete de Microfinanças - GMF.

Para que esta Lei pudesse atingir plenamente o seu propósito foi preciso nomear o Conselho consultivo enquanto órgão central no processo e elaborar um manual de Monitorização e Supervisão das IMFs de Cabo Verde.

A iniciativa da lei de Microfinanças veio na sequência das reclamações das Instituições que operam no sector. Com a sua proliferação, tendo em conta o impacto que estes têm no combate à pobreza e à exclusão social, e considerando ainda, a importância que o governo atribui a este sector, tornou-se necessária uma actuação mais coordenada entre as instituições governamentais e a sociedade civil, baseada num quadro legal e constitucional bem definido.

Com a publicação dessa Lei, foram criadas as condições mínimas para o normal funcionamento dessas instituições em Cabo Verde, desde a definição e condições das actividades, dos sujeitos abrangidos, serviços conexos permitidos, e níveis de controle das instituições de microfinanças.

#### **4.3.2 Revisão da Lei das Microfinanças**

Segundo Janira Hopffer Almada, ministra da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, a actual lei sobre micro-finanças precisa ser revista porque não está adaptada à realidade do país, e a referida lei pode não estar alinhada com a ambição que o Governo tem para o sector de micro-finanças, enquanto ferramenta essencial

---

<sup>1</sup> Ver Anexo A.

para o combate à pobreza e como instrumento financeiro fundamental para a economia cabo-verdiana.

Para isso decorreu no dia 4 de Abril de 2013, na cidade da Praia, um *atelier* organizado no quadro do Projecto de Apoio ao Desenvolvimento da Finança Inclusiva em Cabo Verde (PADFI-CV), financiado pelo Governo Luxemburguês e implementado pela ADA (ONG luxemburguesa especialista em micro-finâncias) sob a tutela pelo Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos (MJEDRH), para discutir a revisão da lei que regulamenta as microfinanças em Cabo Verde.

O *atelier* tem o objectivo de recolher contributos para criar soluções concretas e elaborar uma nova proposta de lei que responda por um lado à perspectiva das instituições que trabalham nesse sector e que por outro lado garanta o normal funcionamento desse sector em Cabo Verde.

Esse *atelier* que visa recolher *inputs* dos diversos actores e técnicos do sector como a OMCV, a MORABI, o Novo Banco, a PNLP e as Nações Unidas, para a criação de um quadro legal favorável ao desenvolvimento da finança inclusiva, é o primeiro de uma série de três que vão ser realizados no quadro da revisão da lei.

#### 4.4 Concessão de crédito

A seguir serão apresentadas as instituições que concedem o microcrédito em Cabo verde e na ilha de São Vicente, e o contributo de cada instituição na propagação do microcrédito no país.

##### 4.4.1 Por Instituições Financeiras Formais

São vários os bancos comerciais com agências na ilha de São Vicente, nomeadamente:

- Banco Comercial do Atlântico (BCA);
- Caixa Económica de Cabo Verde (CECV);
- Banco Comercial dos Negócios (BCN);
- Banco Africano de Investimentos (BAI);
- Banco Interatlântico (BI);
- Novo Banco (NBC);

Apenas o Novo Banco tem uma particularidade no seu pacote de aplicações para o financiamento de microcrédito. Entrou em funcionamento na ilha de São Vicente desde Dezembro de 2011

#### **4.4.2 Por ONGs Nacionais**

A nível nacional são várias organizações não governamentais nacionais que concedem microcrédito, dentre as quais podem-se destacar:

- Associação de Apoio à Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento (MORABI);
- Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV);
- Centro de Investigação e Tecnologias Intermedias para o Habitat (CITI-HABITAT);
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP);
- Federação de Associação de Santiago (ASDIS)
- Associação de Apoio às Iniciativas de Autopromoção Familiar (FAMILICOS).

Dentre as ONGs acima citadas, atualmente apenas a MORABI e a OMCV prestam os seus serviços na ilha de São Vicente. Para além do microcrédito, oferecem também programas de formações em diversas áreas tais como: gestão de pequenos negócios, elaboração de projetos, como obter o lucro nos negócios, confecção de alimentos e outros.

#### **4.4.3 Por ONGs Internacionais**

O apoio técnico e financeiro de organizações internacionais tem sido de grande valia para a sobrevivência e funcionamento das ONGs nacionais. Dentre elas destacam-se:

- Fundação para Desenvolvimento de África (ADF);
- PCN (*Personne Come Noi*);
- MCA (*Millennium Challenge Account*);
- Cooperação Espanhola e Suíça;
- ADA (*Appui aux Developement Autonome*);
- ACDI-VOCA (*Agricultural Cooperative for Development International*).

## 4.5 Contributo das instituições para a propagação do microcrédito em São Vicente

### 4.5.1 Novo Banco

No dia 27 de Setembro de 2010, foi constituída sob a forma de Sociedade anônima o Novo Banco SA, com um capital social de 300.000.000\$00, representado por 300.000 ações nominativas, com um valor nominal de 1.000\$00.

O Novo Banco de Cabo Verde (NBC) nasceu de uma parceria entre o Estado de Cabo Verde e o Banco Português de Gestão (BPG), que tem uma longa e bem conseguida experiência em Portugal, no domínio do financiamento solidário. Para além do Estado (5%) e do BPG (5%) são ainda accionistas do NBC o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) (20%), os Correios de Cabo Verde (25%), a Imobiliária, Fundiária e Habitat (IFH) (25%) e a Caixa Económica (CECV) (20%).

Apesar dos grandes progressos conseguidos na modernização, expansão e diversificação da indústria bancária tradicional e no desenvolvimento das IMF's – associado aos registos altamente positivos alcançados no quadro da oferta de Microcrédito – não são estes factores, ainda, suficientes para alterar de forma substantiva o panorama do mercado da oferta de serviços e produtos micro financeiros, caracterizado, essencialmente, por uma procura crescente e por uma oferta, ainda, limitada ou com lacunas em determinados subsegmentos.

Atento a esta realidade e não esgotando a sua acção no palco da economia informal e seus agentes económicos, o Novo Banco tem como objectivo principal, a realização das operações bancárias e prestação de serviços financeiros conexos, com a latitude consentida por lei, privilegiando fortemente o segmento de população de menor rendimento e no apoio às acções de criação de Emprego e Formação do Produto nacional, através de uma política de intervenção qualificada ao nível dos produtos e serviços bancários específicos para este sector combinado com a promoção de alianças estratégicas e operacionais com as IMF's mais relevantes.

Para os candidatos ao microcrédito é fundamental que os negócios apresentados tenham viabilidade económica, sendo capazes de gerar um excedente de rendimento e garantir o pagamento das prestações do financiamento concedido. Os mesmos devem demonstrar a nível pessoal, forte motivação, experiência, competência e aptidão para gerir o negócio.

O microcrédito concedido pelo Novo Banco tem por segmento alvo: particulares com rendimentos baixos, desempregados ou com atividade informal; famílias com atividade informal e microempresários. Concede empréstimos até 500.000\$00, para ser amortizado em até três anos, com prestações semanais, quizenais ou mensais.

Trabalha com amortizações antecipadas, onde são permitidas amortizações totais ou parciais, sem encargos adicionais, desde que coincidam com a data de vencimento de qualquer das prestações semanais, quinzenais ou mensais. Recebe um imposto de selo de 0,5% sobre o capital mutuado, e de 3,5% sobre juros, prémios ou comissões.

Assim o NBC visa promover a inclusão do sector informal da sociedade cabo-verdiana no sector bancário, através da concessão de pequenos créditos bancários destinados a apoiar particulares ou microempresários que, não tendo possibilidade de recorrer ao crédito bancário tradicional, querem criar o seu próprio emprego através da criação de um pequeno negócio próprio. Mas a sua intervenção não se limita apenas à concessão do crédito, oferece também aos candidatos apoio na preparação do dossier de investimento e, após o financiamento, faz o acompanhamento do negócio para garantir o sucesso do mesmo.

#### 4.5.2 OMCV

A Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) é uma das organizações não governamentais que surgiu com o firme propósito de defender os interesses da mulher e da família caboverdeana, visando a promoção social, econômica e cultural.

Foi criada em 1981, e em 2000 criaram um serviço de microcrédito autônomo, estabelecido, com o apoio da organização norte-americana *African Development Foundation* (ADF), que atua em Cabo Verde desde 1990. Esse serviço tem por objetivo ajudar as pessoas que dificilmente podem conseguir crédito nas instituições financeiras, como Bancos, e que não têm meios quanto à garantia e credibilidade perante estas instituições.

Inicialmente, por exigência dos parceiros e por se tratar de um época que se falava muito na promoção e defesa da mulher, o crédito era dirigido quase que exclusivamente para as mulheres, que representam cerca de 97% dos seus clientes, mas embora seja uma minoria o programa também tem clientes do sexo masculino. Para ter acesso ao crédito, a pessoa terá que ter um negócio ou um projeto sobre alguma atividade produtiva empresarial, que deve ser um projeto comercial e rentável, mas antes de aceder ao crédito o cliente assiste a uma formação para identificar o bom negócio.

Concede créditos com o valor máximo de 300.000\$00, para ser reembolsado em 18 prestações, a taxa de juros varia de 1 a 2% e a comissão varia de 3 à 5%. O reembolso do crédito normalmente começa após um mês, dependendo do prazo e da atividade escolhida, que varia de três a dezoito meses no máximo com juros de dois por cento ao mês. A taxa de reembolso da instituição é de 97%, o que é satisfatório tanto para a instituição quanto para os clientes, já que alguns já estão no seu sexto ou sétimo empréstimo.

O sucesso é visível também quanto a melhoria na vida dos clientes nomeadamente: melhoria na habitação, na qualidade de vida, na educação dos filhos, onde muitos já conseguem custear a educação dos filhos tanto no país como no estrangeiro.

Segundo Idalina Freire, presidente da OMCV, as microfinanças são um dos eixos essenciais da ação da OMCV que se enquadra na perspectiva de luta contra a pobreza para garantir o empoderamento econômico da mulher cabo-verdeana. Nos últimos 12 anos a organização já beneficiou mais de oito mil pessoas, muitas já com um negócio sólido, um emprego garantido, para além de garantirem emprego a terceiros.

Hoje a OMCV conta com uma equipa mais sólida e mais preparada, para garantir o empoderamento econômico e o acesso ao crédito das pessoas que não têm acesso ao crédito nas instituições tradicionais.

#### **4.5.3 MORABI**

O programa de microcrédito da MORABI arrancou em pleno em 1998, depois de uma fase piloto, iniciada em 1994, com o intuito de apoiar mulheres, essencialmente chefes de família. A criação do programa inscreve-se num dos objetivos da organização que é a promoção socio-econômica da mulher, e o microcrédito é um dos instrumentos que contribuem para essa promoção.

A fase piloto, com início em 1994, não tinha qualquer estruturação e havia ausência de normas orientadoras de intervenção. Tratava-se de mobilização de alguns fundos para o financiamento de algumas actividades desenvolvidas pelas mulheres, sobretudo a venda de pescados.

As actividades de microcrédito da MORABI começaram a ganhar maior impacto a partir de 1997, altura em que foram realizadas um conjunto de actividades que permitiram a consolidação do sistema de microcrédito, destacadamente:

- Análise do Ambiente nacional ao nível económico e jurídico e em termos dos sectores financeiro formal e não formal;
- Diagnóstico do programa de microcrédito da MORABI;
- Avaliação das necessidades de mercado nas localidades de intervenção da MORABI;
- Elaboração do Manual de procedimentos e do regulamento de crédito;
- Criação de um comité de crédito;
- Formação /Reciclagem do *Staff* do Departamento anualmente.

O programa ficou estruturado, em 1998, com os procedimentos definidos e incorporados num manual de crédito da Organização.

O público alvo da organização são os cabo-verdianas e cabo-verdianos, maiores de 18 anos, que tenham dificuldades de acesso às formas convencionais de crédito e micro-empresários com empreendimento legal, que apresenta viabilidade económico - financeira, com capacidade de gerar emprego e rendimentos e que não prejudica o meio ambiente.

Oferece crédito individual (varia dos 50.000\$00 até 300.000\$00) e crédito a grupo solidário (varia dos 20.000\$00 até 80.000\$00), que é concedido a um grupo solidário, composto por 3 ou 5 empreendedoras com actividades económicas independentes, e o crédito concedido é repartido em partes iguais ao número dos membros do grupo sendo o crédito global da responsabilidade solidária de cada elemento do grupo.

Trabalha com dois tipos de garantia: o aval solidário, onde cada participante do grupo solidário, além de beneficiar directamente de um crédito individual, constitui-se juntamente com os restantes membros do grupo, em corresponsável pelo pagamento do valor global dos empréstimos, e em caso de incumprimento de um dos beneficiários, os outros elementos do grupo são penalizados, sem benefício de excussão, deixando de ter acesso a crédito e devendo solidariamente reembolsar o valor global dos empréstimos; e aval de terceiros nos casos de créditos individuais, onde o cliente deve apresentar um fiador ou avalista.

A taxa de juro praticada pela MORABI é de 2% ao mês sobre o crédito concedido, e o prazo de reembolso varia entre 4 à 18 meses dependendo do montante, os prazos poderão variar em função das linhas de crédito especiais atribuídas à MORABI CRÉDITO e com condições de financiamento predefinidas pelos parceiros estratégicos.

Dependendo do montante concedido a organização cobra uma comissão que varia entre 4 à 10%, e em caso de atraso no pagamento das prestações, sem justificativa por parte do cliente, aplica-se uma taxa de mora de 5% sobre o capital vencido.

A taxa de reembolso da organização é de 94%, sendo que essa mesma taxa já foi de 100% de retorno, mas o aumento da carteira e do número do tamanho dos créditos e a própria crise internacional acabam por influenciar o reembolso.

A instituição dá preferência às mulheres que representam a maioria dos clientes com 97%, contra apenas 3% dos clientes do sexo masculino. A concessão do microcrédito é de grande importância, na medida em que o beneficiário vai ter seu próprio emprego, poderá garantir a subsistência e o bem estar da sua família, bem como da própria comunidade.

#### **4.6 Lançamento de um Sistema de Informação de Crédito em Cabo Verde**

A idéia de implementar uma agência privada de informação de crédito em Cabo Verde surgiu em uma das várias missões técnicas e institucionais da CCIASB ao Brasil, e está ancorada na necessidade interna de facilitar o acesso do empresariado nacional, sobretudo do pequeno empresário, ao financiamento bancário através da melhoria da gestão da informação ao crédito em Cabo Verde, permitindo desta forma consolidar no país, uma economia de base privada.

O projeto teve início em 2008, mas ainda não tem data marca para o seu lançamento oficial. Conta com o financiamento do *Millennium Chaleng Account* e está a ser dirigido pela Câmara de Comércio de Barlavento, em parceria com a Câmara de Comércio de Sotavento, a IFC (*International Finance Cooporation*) que é uma agência do Banco Mundial, especializada em questões financeiras e o Crédito INFO (responsável pela gestão do sistema de base de dados nacional).

A implementação desse sistema irá permitir a que todas as movimentações dos clientes nas empresas de bens e serviços a crédito do país, que passarão a estar dispostas numa base de dados, possam ser consultadas pelas entidades de crédito, funcionando como um elemento de análise de risco na concessão de um empréstimo.

Conforme afirmou o Governador do BCV, Dr Carlos Burgo, no seu discurso de abertura do Seminário sobre “Bureau de Informação de Crédito”:

A importância da informação de crédito para o sistema financeiro decorre do facto de contribuir para uma distribuição mais abrangente e transparente do crédito. Ajuda a evitar ou mitigar os problemas de assimetria de informação que normalmente dificultam o processo de concessão de crédito, resultando em custos desnecessários para os consumidores, as empresas, as instituições financeiras e para a economia. A expansão do crédito, numa base transparente, significa por sua vez menos crédito em situação irregular, maior rendibilidade para os intermediários financeiros e, em última instância, um sistema financeiro mais desenvolvido e estável, portanto com melhor capacidade para cumprir as suas funções no processo de desenvolvimento da economia.

O objetivo é fomentar a circulação de moeda e facilitar o crédito, sobretudo à camada menos favorecida da população que, não tendo meios que sirvam de garantia de pagamento, possa dispor de um cadastro com todas as suas movimentações que irá desempenhar essa função.

O projecto de implementação do *Crédit Bureau*, cujo modelo de negócio ronda os 250.000 USD (cerca de 20.381.750 ECV), é composto por 3 fases:

- Diagnóstico inicial, revisão da legislação, preparação do relatório de recomendações;
- Consultoria no lançamento do concurso e seleção do parceiro internacional;
- Sensibilização e Transmissão de conhecimento sobre o funcionamento de PCB - *Workshop* internacional para comunidade credora.

Segundo, Gil Costa - Gestor do Departamento de Promoção Empresarial da CCIASB, o plano está neste momento na sua fase de implementação, faltando apenas a constituição de uma assembleia de regulação que possa controlar o acesso a essas informações.

## 5. METODOLOGIA

Neste capítulo, é apresentada a metodologia utilizada na elaboração desta monografia.

### 5.1 Tipo de Pesquisa

Segundo Collis e Hussey (2005, p. 23), quanto ao objetivo de pesquisa, ou seja, quanto aos motivos pelos quais se está realizando a pesquisa, ela pode ser classificada em: exploratória, descritiva, analítica e preditiva. Esta pesquisa se classifica como exploratória e descritiva.

Conforme Sellitz *et al* (1967 *apud* GIL, 2009, p. 41), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vista a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses, o objetivo principal é o aprimoramento de idéias ou descoberta de intuições e o planejamento é bastante flexível, o que possibilita a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e a análise de exemplos que estimulem a compreensão.

A pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então o estabelecimento de relações entre as variáveis (GIL, 2002, p. 42). Vai além da pesquisa exploratória ao examinar um problema, uma vez que avalia e descreve as características das questões pertinentes (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 24).

Essa pesquisa classifica-se como exploratória já que busca informações sobre as mulheres que receberam o microcrédito na MORABI e com isso abrir caminho para estudos posteriores, e descritiva pois visa estudar e descrever as características dessas mulheres e não assume a pretenção de generalização.

Trata-se também de uma *survey* uma vez que foi feita um levantamento com uma amostra do universo de mulheres que já beneficiaram do microcrédito oferecido pela MORABI.

Segundo Hair *et al.* (2005, p. 109):

*Survey* é um procedimento para a coleta de dados primários a partir dos indivíduos, esses dados podem variar entre crenças, opiniões, atitudes e estilos de vida, até

informações gerais sobre o indivíduo, tais como gênero, idade, educação e renda, bem como características de uma empresa, como lucro e número de funcionários.

As *surveys* visam descrever ou explicar as características ou opiniões de uma população através da utilização de uma amostra representativa (MAY, 2004, p. 109).

Segundo Vergara (1998, p. 44-45), pesquisa pode ser classificada quanto aos meios de investigação, como telematizada, bibliográfica e documental. Bibliográfica porque também foram utilizadas contribuições de diversos autores sobre o tema de pesquisa disponível em livros e artigos, telematizada uma vez que foram utilizados dados disponíveis no site da instituição e documental pelo uso de documentos fornecidos pela instituição.

Conforme Vergara (1998, p. 46), a pesquisa telematizada busca informações em meios que combinam o uso de computador e telecomunicações, tal como a pesquisa na internet.

Segundo Gil (2009, p. 44) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos. Tem por objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições científicas sobre determinado assunto. (MARTINS, 2007, p. 35).

A pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa (GIL, 2009, p. 45).

Quanto ao processo, ou seja, a maneira pela qual são coletados e analisados os dados, a pesquisa se classifica como qualitativa, tendo em vista que procura analisar os dados obtidos junto das mulheres clientes da MORABI, suas percepções sobre o crédito concedido pela instituição,

A pesquisa qualitativa é subjetiva e envolve examinar e refletir as percepções para obter um entendimento de atividades sociais e humanas (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 26).

## 5.2 Dados

Em qualquer processo de pesquisa, faz-se necessário definir a fonte de dados, os tipos de dados que serão utilizados, os métodos de coleta desses dados, e a forma como os mesmos serão analisados.

### 5.2.1 Fonte de dados

Conforme Collis e Hussey (2005, p. 154), existem duas fontes de dados principais: os dados primários que são aqueles que são coletados na fonte, e os dados secundários são aqueles que já existem, como livros documentos e filmes.

Este estudo utiliza dados primários, obtidos junto às mulheres que participaram da pesquisa, e também dados secundários, obtidos em livros, artigos, publicações, redes eletrônicas e outros documentos obtidos junto a MORABI.

### 5.2.2 Tipos de dados

Quanto ao tipo de dados, os dados podem ser quantitativos ou qualitativos. nessa pesquisa foram utilizados ambos os tipos.

Dados qualitativos são aqueles que dizem respeito às qualidades e características não numéricas, enquanto que dados quantitativos são aqueles que se apresentam de forma numérica. Os dados quantitativos podem ainda ser classificados em: discretos, quando só podem assumir um de uma série de valores distintos, ou contínuos, quando podem assumir qualquer valor dentro de uma dada série, como tempo ou comprimento (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 154).

### 5.2.3 Instrumento de coleta de dados

Segundo May (2004, p. 119), a coleta de dados em *surveys* é conduzida principalmente através de três tipos de questionários: o questionário auto-aplicável ou por correspondência, a *survey* telefônica e as entrevistas pessoais agendadas.

Para a coleta de dados foi utilizado o questionário contendo vinte e seis perguntas sendo catorze fechadas, e onze abertas. No final foi dada aos entrevistados a oportunidade de falar sobre algo que não tinha sido tratado nas questões anteriores e que eles quisessem falar. O questionário foi aplicado através de entrevistas pessoais agendadas, por opção das entrevistadas, ou por telefone.

Questionário é um conjunto de questões formalizadas para a obtenção de informações dos respondentes, e tem como objetivo principal traduzir as necessidades de informação do pesquisador em um conjunto específico de questões que os respondentes

estejam dispostos e capazes de responder; deve ser elaborado de modo a minimizar os erros de respostas e as exigências impostas aos participantes (MALHOTRA, 2011, p. 240).

Segundo Martins (2007, p. 51-52) as perguntas fechadas são aquelas que apresentam categorias ou alternativas de respostas fixas, enquanto que perguntas abertas são aquelas que conduzem o informante livremente com frases ou orações<sup>2</sup>.

Segundo Hakim *apud* May (2004, p. 121), as *surveys* por telefone são convenientes e baratas, podendo custar cerca de metade daquelas que utilizam entrevistas pessoais, além da vantagem adicional de maior velocidade. O índice de resposta pode ser alto, pois as pessoas podem estar menos preocupadas em falar por telefone, do que em receber alguém em sua residência.

As entrevistas pessoais agendadas, dependendo de quantos entrevistados são utilizadas, gera um alto índice de respostas a um custo alto, tem um maior controle da situação de entrevista, mas gera uma velocidade menor (MAY, 2004, p. 122).

O questionário que foi aplicado foi dividido em quatro partes: a primeira tratava da identificação do perfil das mulheres que receberam o microcrédito da MORABI (idade, estado civil, número de filhos e pessoas do agregado familiar); a segunda abordou as características do negócio (a profissão/ocupação das mulheres antes e depois de receber o microcrédito, a localização do negócio e a razão que as levou a optar por uma nova atividade); a terceira abordou as condições do crédito oferecidas pela instituição (razão de recorrer à MORABI e não às outras instituições, o número de vezes que receberam o crédito, o porquê de receberem o crédito mais de uma vez, os montantes recebidos, o número de prestações, o reembolso, as dificuldades que tiveram e o tempo que esperam pela resposta da instituição) e por fim a quarta parte onde foram avaliados os impactos socioeconômicos na vida do indivíduo. No final foi dada as respondentes a oportunidade de falarem sobre algo que não tinha sido abordado nas questões e que as mesmas quisessem partilhar (sugestões, pontos positivos e negativos...).

#### 5.2.4 Análise dos dados coletados

Depois da coleta dos dados de pesquisa, é preciso analizá-los. A análise pode ser feita com a ajuda de um *software* de estatística, como o Minitab ou o SPSS (*Statistical Package for the Science*), ou um programa de planilhas como o Excel, que permitem a

---

<sup>2</sup> O questionário está disponível no Apêndice A.

realização de diversos tipos de análise, fazer testes estatísticos de maneira rápida e precisa, e apresentar os resultados na forma de tabelas ou gráficos (COLLIS e HUSSEY, 2005, p. 185).

Nesta pesquisa, a ferramenta utilizada para analisar os dados foi o Excel. Para se identificar a distribuição de frequência de cada variável foi feita, manualmente, a verificação e a organização dos dados coletados nos questionários, depois as mesmas foram tabuladas.

Para a codificação, foi estabelecido a priori um modo de facilitar a tabulação das questões fechadas e as respostas das questões abertas foram agrupadas conforme o assunto.

Depois de tabuladas, passou-se para o processamento, que se deu com a ajuda das planilhas eletrônicas do Microsoft Excel. Foram criadas tabelas de frequência e, com a ajuda das fórmulas do Excel, foram calculadas as porcentagem de cada uma para que fosse possível criar os respectivos gráficos. Por fim, foi feita análise dos resultados presentes em cada um dos gráficos.

### **5.3 População e Amostra**

Geralmente, as pesquisas são realizadas através de estudo dos elementos que compõem uma amostra extraída de uma população que se pretende analisar, onde população refere-se ao conjunto de indivíduos ou objetos que apresentam em comum determinadas características definidas para o estudo, enquanto que amostra trata-se de um subconjunto da população, ou seja, a amostra é formada por alguns membros da população (MARTINS, 2007, p. 43).

A população escolhida para a realização da pesquisa foi as mulheres da ilha de São Vicente que receberam o microcrédito concedido pela MORABI.

Conforme Vergara (1998, p. 48-49), existem dois tipos de amostra: probabilística, baseada em procedimentos estatísticos, e não probabilística (pode ser selecionada por tipicidade ou por acessibilidade).

A amostra da pesquisa foi definida por acessibilidade, ou seja, pela facilidade de acesso, sem qualquer procedimento estatístico sendo, portanto não probabilística.

O questionário de pesquisa teve uma amostra de trinta mulheres, onde foi aplicado um total de quarenta questionários, em que apenas trinta responderam, o que se traduz numa taxa de resposta de 75%.

A administração da instituição forneceu uma lista de quarenta clientes e os respectivos contatos e endereços, e a sugestão de aplicar os questionários por telefone pelo fato de muitos clientes se sentirem mais à vontade, pois os mesmos poderiam sentir-se constrangidos em responder alguma questão caso o questionário fosse aplicado pessoalmente.

Antes de ser aplicado o questionário, foi entregue à chefe da instituição para analisar se o mesmo seria facilmente compreendido pelas mulheres, se tinha vocabulário adequando, pois muitas delas possuíam um baixo grau de escolaridade e também deu algumas dicas para que o mesmo fosse melhor entendido pelas inquiridas e algumas recomendações para o sucesso da pesquisa.

A aplicação dos questionários decorreu de 28 de Fevereiro até 29 de Março de 2013. Foram aplicados vinte e sete questionários por telefone e três pessoalmente, a pedido das próprias mulheres, que, ao contrário do que a instituição previa, sentiram-se mais à vontade por responder pessoalmente por medo de estarem a divulgar os dados por telefone.

## 6. ESTUDO DE CASO

### 6.1 Caracterização da Instituição

Criada em 1991 e registada como pessoa jurídica em 28 de Março de 1992, a MORABI - Associação de Apoio à Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento é uma das ONGs mais bem sucedidas de Cabo Verde. É constituída por cerca de 220 membros sem distinção de sexo e aberta a todas as pessoas que aceitam os estatutos da organização (PASSOS, 2013).

A sua contribuição no processo de desenvolvimento e transformação de Cabo Verde é inquestionável e irreversível, com ganhos e impacto a nível da redução da taxa de pobreza e do desemprego, contribuindo desta forma para o processo da inclusão social, através do acesso aos serviços de micro finanças e formação profissional e empresarial. Contribui igualmente para a promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva, com ênfase na prevenção através da realização de sessões de IEC sobre IST's e VHI/Sida, Planeamento Familiar, resultando diminuição da taxa de natalidade.

O empoderamento das mulheres em especial das mulheres cabo-verdianas tem sido o centro da atenção da MORABI nesses últimos 20 anos e ela acontece de forma transversal com o aumento da autoestima, através do acesso à informação e formação, acesso aos cuidados de saúde, acesso aos serviços de microfinanças e o exercício de Direitos Humanos da Cidadania.

Ainda, tendo sempre presente a melhoria das condições de vida das mulheres e famílias caboverdianas, a MORABI investiu na construção de Jardins infantis, Unidades Sanitárias de Base, Chafarizes e Melhoria das Habitações, no quadro do Programa de Saúde Sexual e Reprodutiva o enfoque foi para o Planeamento Familiar, através de um Posto Móvel, financiado pela IPPF (*International Planned Parenthood Federation*).

Ao longo dos últimos 20 anos a MORABI concedeu 18.815 créditos num montante total de 1.172.233.300 ECV (escudos caboverdeanos), fez a construção de raíz de um Centro de Formação Profissional e Empresarial, totalmente equipado; adquiriu escritórios para as sua delegações na Ribeira Grande em Santo Antão e Santa Catarina na ilha de Santiago; realizou 158 cursos de Formação de Capacitação atingindo um total de 4.510 formandos, abrangendo 22 municípios; possui 40 manuais e 550 guias elaborados sobre temas

distintos como: Criação e Gestão de pequenos Negócios, várias áreas de Gestão, Manual de Boas Práticas de Higiene, Direitos Humanos e Cidadania, Aconselhamento em HIV/SIDA, etc. Desenvolveu ainda 1.052 ações de IEC (Informação, Educação e Comunicação) sobre HIV/SIDA; sensibilizou 16.857 pessoas sobre HIV/SIDA; apoiou 80 órfãos e crianças vulneráveis com leite, fraldas e material escolar; distribuiu 2.434 cestas básicas a pessoas vulneráveis e distribuiu 592.850 preservativos (PASSOS, 2013).

## **6.2 Apresentação e análise dos resultados**

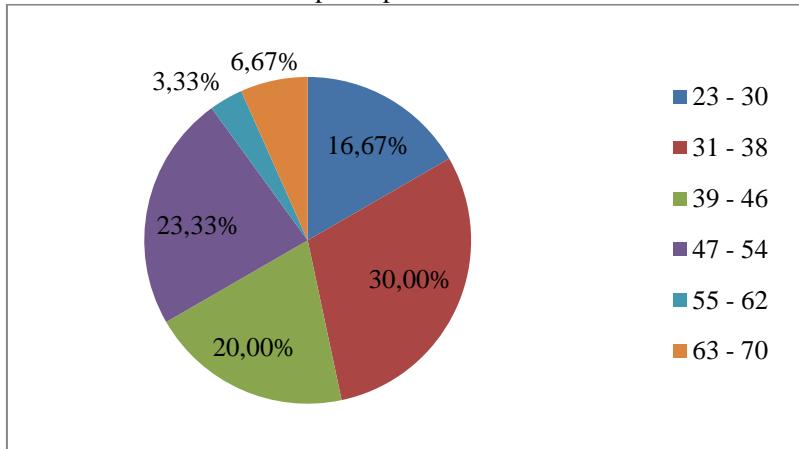
A análise dos dados recolhidos foi feita seguindo a ordem ocupada das questões no questionário. Primeiramente, os dados foram tabulados, depois foram criadas tabelas de distribuição de frequência dos dados, apartir destas foram criadas a representação gráfica dessas tabelas e por último foi feita a análise dos resultados obtidos.

O questionário foi dividido em quatro partes, onde na primeira parte foi direcionada para a identificação do perfil das mulheres que receberam o microcrédito da MORABI, a segunda abordou as características do negócio, a terceira abordou as condições do crédito oferecidas pela instituição e por fim a quarta parte onde foram avaliados os impactos socioeconômicos na vida do individuo.

### **• Perfil das Entrevistadas**

Os critérios utilizados para a definição do perfil e identificação das entrevistadas foram idade, nível de escolaridade, estado civil, número de pessoas do agregado familiar e o número de filhos.

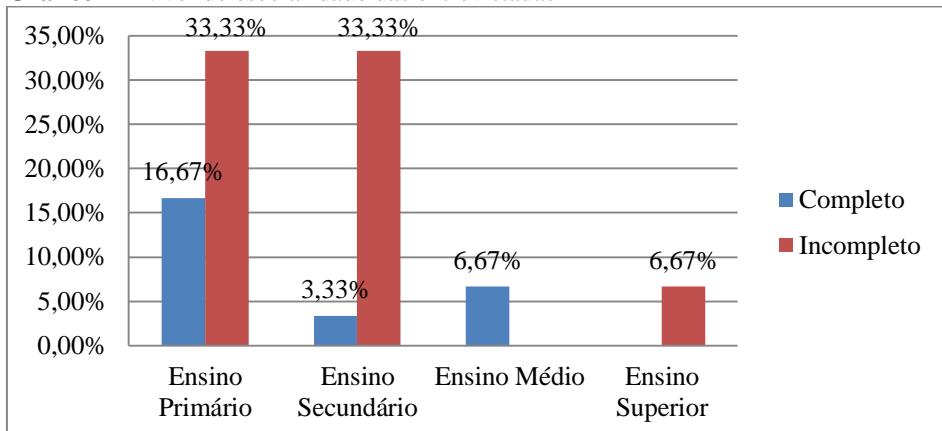
A primeira pergunta foi a idade das entrevistadas, das entrevistadas a idade mínima foi 23 e a máxima 66, para facilitar a análise dos dados as idades foram agrupada por classes como mostra o **gráfico 1**.

**Gráfico 1 – Faixa etária das participantes**

**Fonte:** Elaborado pela autora

A maioria das entrevistadas (30%) encontra-se na faixa etária entre 31 e 38 anos, 16,67% tem entre 23 e 30 anos, 20% está entre 39 e 46 anos, 23,33% tem idade compreendida entre 47 e 54 anos, e as duas faixas etárias com menor porcentagem são entre 55 e 62 anos (6,67%) e 63 a 70 anos com 3,33%.

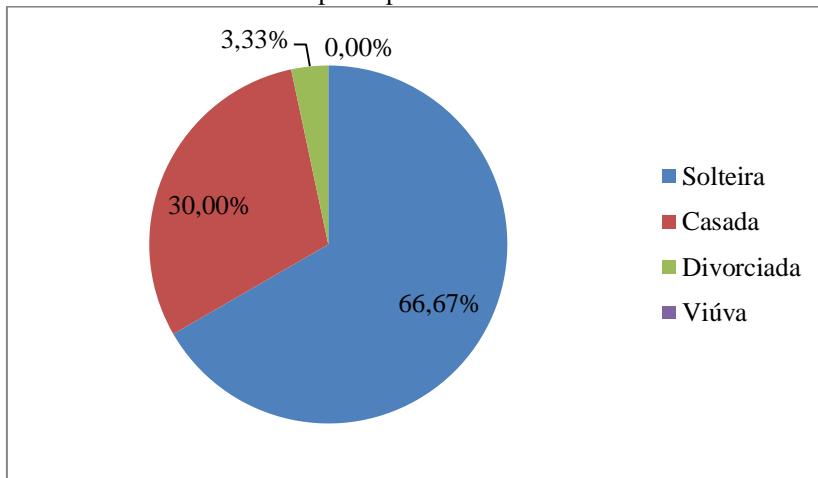
O **gráfico 2** mostra o nível de escolaridade das entrevistadas.

**Gráfico 2 - Nível de escolaridade das entrevistadas**

**Fonte:** Elaborado pela autora

De acordo com os dados a maioria das entrevistadas possuem baixa escolaridade, uma vez que não terminaram nem o ensino primário (33,33%) nem o secundário (33,33%), 6,67% tem o ensino superior incompleto e o ensino médio incompleto, 16,67% tem o ensino primário completo, 3,33% o ensino secundário completo e 6,67% o ensino médio completo. Nenhuma das entrevistadas possui o ensino médio e superior completo.

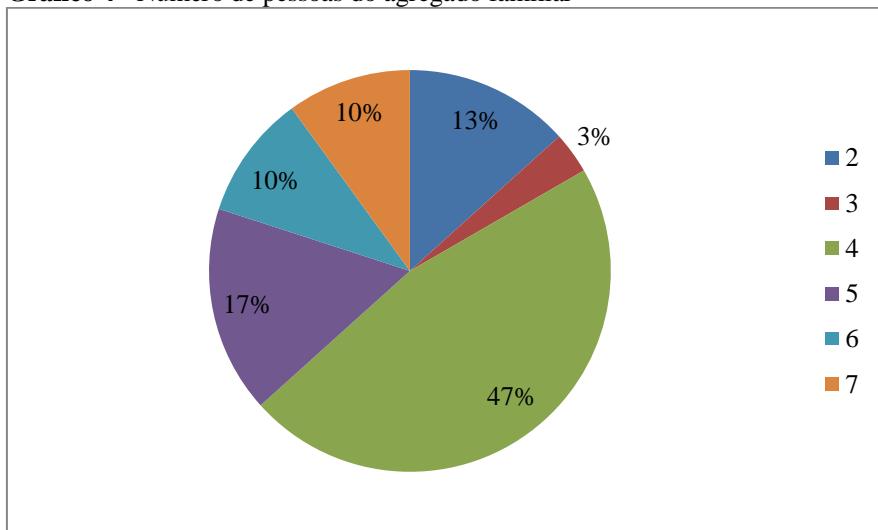
A distribuição de frequência do estado civil das participantes é apresentada no **gráfico 3**.

**Gráfico 3 - Estado Civil das participantes**

**Fonte:** Elaborado pela autora

A maioria das entrevistadas (66,67%) é solteira, 30% são casadas, apenas uma é viúva (o que equivale a 3,33%) e nenhuma é divorciada. A grande porcentagem de solteiras mostra que elas são as mais necessitadas, uma vez que têm pouco ou nenhuma ajuda dos companheiros, então recorrem ao microcrédito para garantir o sustento da família.

O gráfico seguinte mostra o número de pessoas do agregado familiar das mulheres entrevistadas.

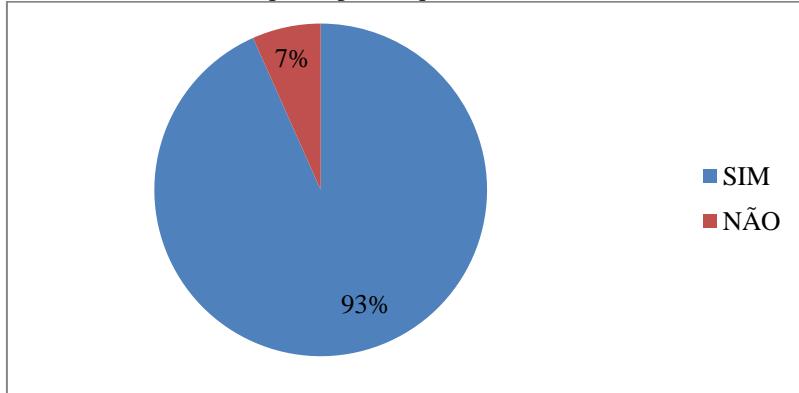
**Gráfico 4 - Número de pessoas do agregado familiar**

**Fonte:** Elaborado pela autora

A maioria das participantes (47%) possui um agregado familiar constituído por quatro pessoas, 17% são contituídos por cinco pessoas, as compostas por duas pessoas apresenta um percentual de 13%, as compostas por seis e sete pessoas apresentam 10% cada um e por fim 3% os agregados familiares compostos por três pessoas.

O número e a porcentagem dessas mulheres entrevistadas que têm filhos é ilustrado no **gráfico 5**.

**Gráfico 5 - Número de participantes que tem filhos**

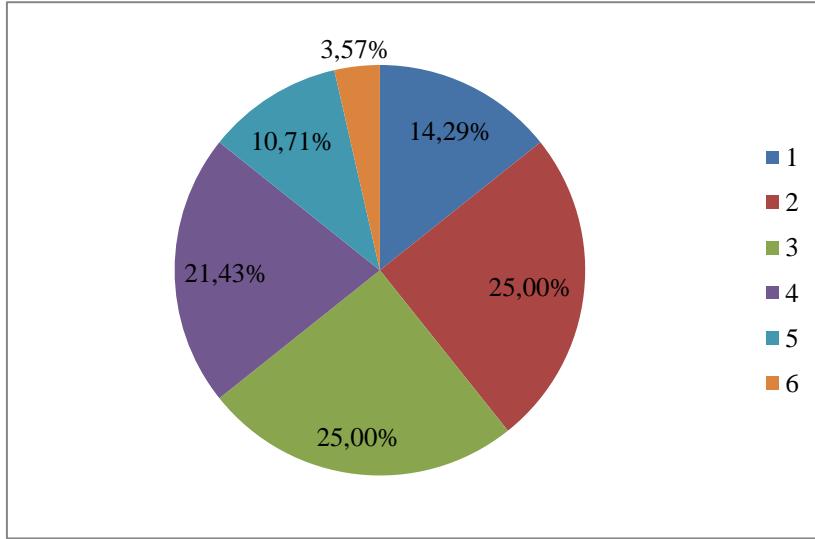


**Fonte:** Elaborado pela autora

A maior parte das mulheres entrevistadas (93%) respondeu que tem filhos e apenas 7% não tem.

A **gráfico 6** apresenta o número de filhos das participantes.

**Gráfico 6 - Número de filhos**



**Fonte:** Elaborado pela autora

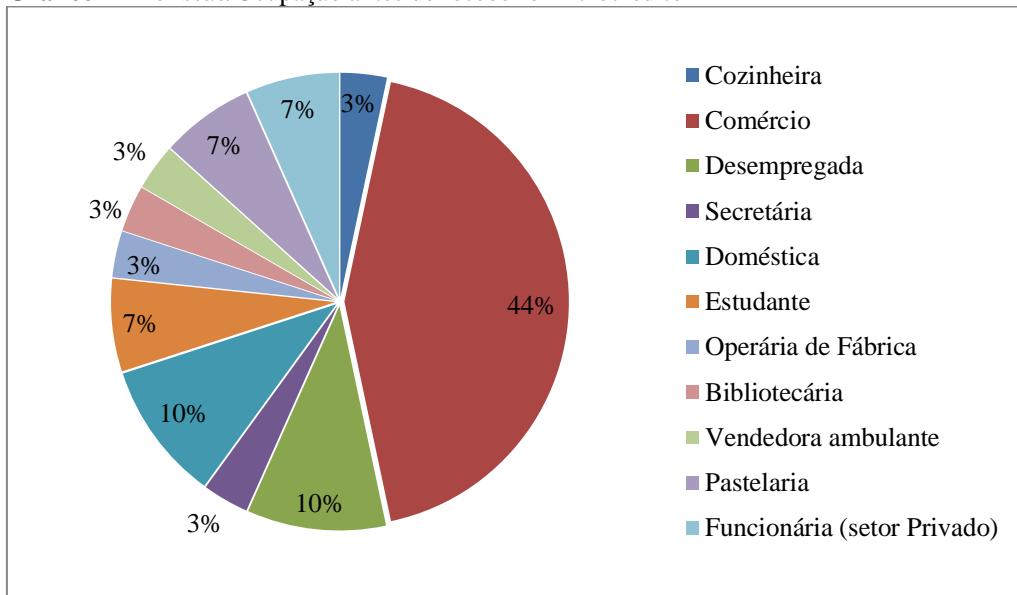
A maior parte das mulheres (25%) tem dois e três filhos, 21,43% tem quatro filhos, 14,29% tem apenas um filho, 10,71% tem cinco filhos e por fim as com seis filhos representando 3,37%.

- **Características do negócio**

Na segunda parte do questionário procurou-se saber as características do negócio das entrevistadas. Procurou-se saber a profissão/ocupação das entrevistadas antes e depois de receber o microcrédito, a razão de optar por essa atividade e a localização do referido negócio.

A **gráfico 7** apresenta a profissão/ocupação das mulheres antes de receber o microcrédito.

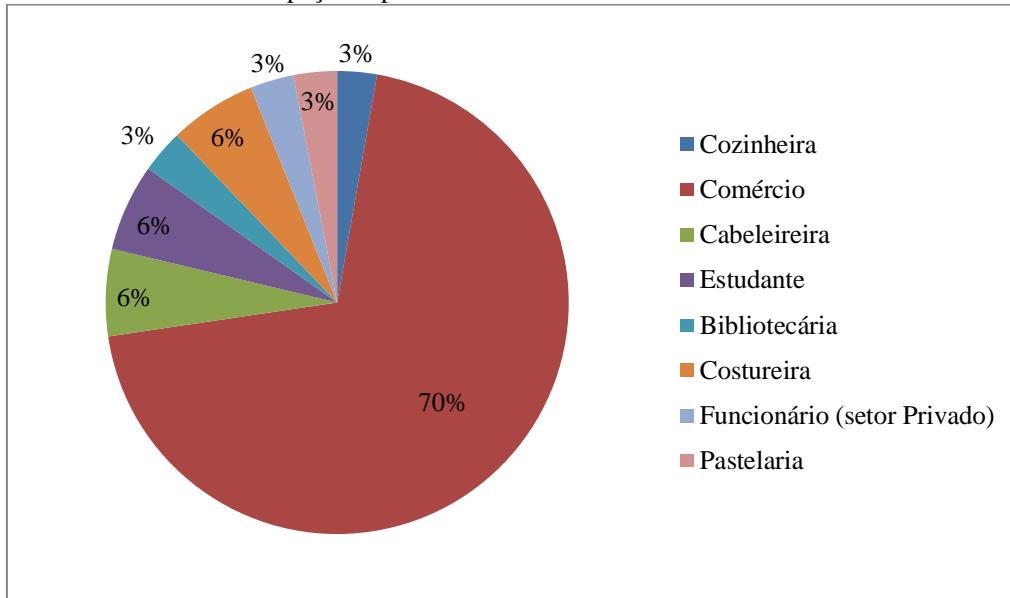
**Gráfico 7- Profissão/Ocupação antes de receber o microcrédito**



**Fonte:** Elaborado pela autora

Antes de receber o microcrédito 44% das mulheres trabalhava no comércio, 10% estavam desempregadas, outros 10% eram domésticas (cuidavam da casa e dos filhos), 7% eram estudantes, tiveram também esse percentual (7%) pastelaria e funcionários do setor público e por fim com 3% cada um tiveram as profissões de cozinheiras, operária de fábrica, secretária, bibliotecária e vendedora ambulante.

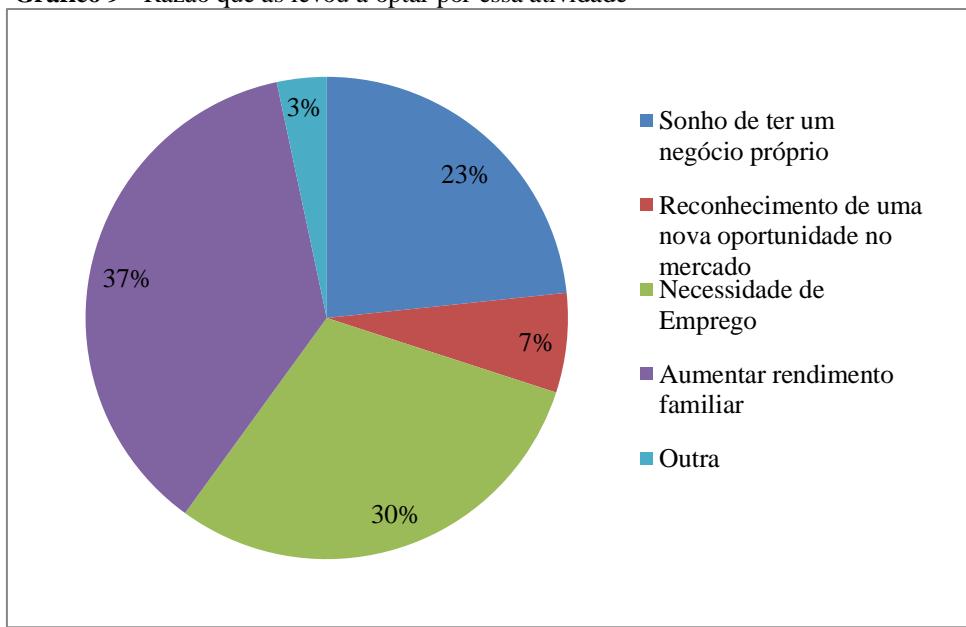
Foi perguntada também a profissão/ocupação das mulheres inquiridas, depois de terem recebido o microcrédito, o grafico abaixo apresenta as porcentagens obtidas em cada resposta.

**Gráfico 8** - Profissão/Ocupação depois de receber o microcrédito

**Fonte:** Elaborado pela autora

Depois de receber o microcrédito a profissão/ocupação com maior porcentagem continuou sendo o comércio, mas com um percentual maior do que o anterior, ocupando 70%, cabeleireira, estudante e costureira apresentaram 6% cada uma e bibliotecária, funcionário (setor privado), pastelaria e cozinheira tiveram 3% cada uma.

Após ter sido perguntado a profissão/ocupação antes e depois de receber o microcrédito, procurou-se saber a razão que as levou a optar por essa atividade, as respostas estão presentes no **gráfico 9**.

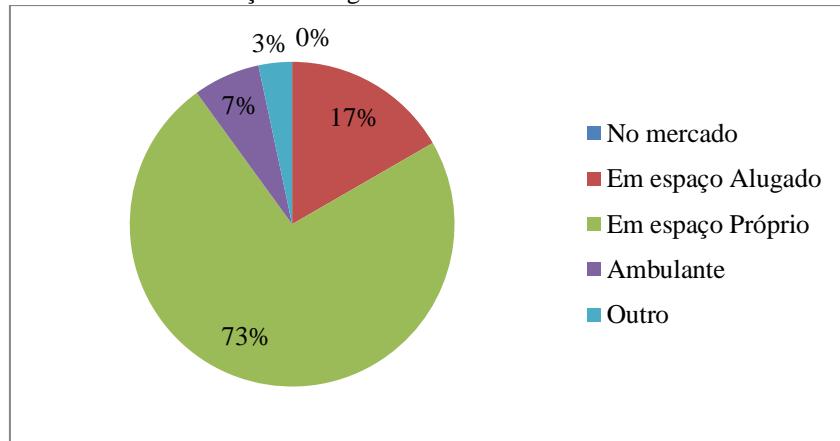
**Gráfico 9** - Razão que as levou a optar por essa atividade

**Fonte:** Elaborado pela autora

A razão para essas mulheres escolherem essa nova atividade que obteve maior frequência foi para aumentar o rendimento familiar (37%), seguindo-se a necessidade de emprego com 30%, o sonho de ter um negócio próprio com 23%, 7% responderam que foi devido ao reconhecimento de uma oportunidade no mercado e apenas uma mulher, o que corresponde a 3% do total, respondeu que foi por outra razão. Segundo essa mulher foi para conciliar o trabalho com a educação dos filhos.

O **gráfico 10** apresenta a localização do negócio dessas mulheres.

**Gráfico 10 - Localização do negócio**



**Fonte:** Elaborado pela autora

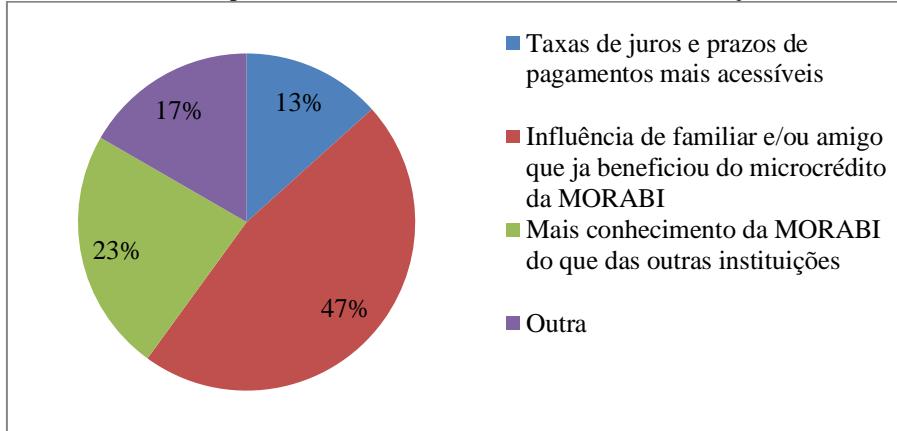
Através dos dados recolhidos verificou-se que a maioria das atividades/negócios se localiza em espaço próprio (73%), seguindo-se os localizados em espaço alugado com 17%, 7% são ambulantes, nenhum se localiza no mercado e uma inquirida respondeu outro, pois o negócio da mesma localiza-se na casa da mãe.

- **Condições do crédito**

Aqui procurou-se avaliar as condições de crédito da MORABI segundo as clientes, foram avaliadas variáveis como: a razão por ter recorrido à MORABI, o número de vezes que receberam o crédito, a razão por terem recebido mais de uma vez, o montante recebido em cada empréstimo, o número de prestações que foi dado para fazer o reembolso, se o reembolso já foi feito na totalidade, ou se faltam prestações e como foi, se houve ou não dificuldade em conseguir o crédito e o tempo esperado para ter uma resposta da instituição.

As razões que levaram as entrevistadas a recorrerem a MORABI e não as outras instituições estão contidas no gráfico abaixo.

**Gráfico 11 - Razão por recorrer a MORABI e não às outras instituições**

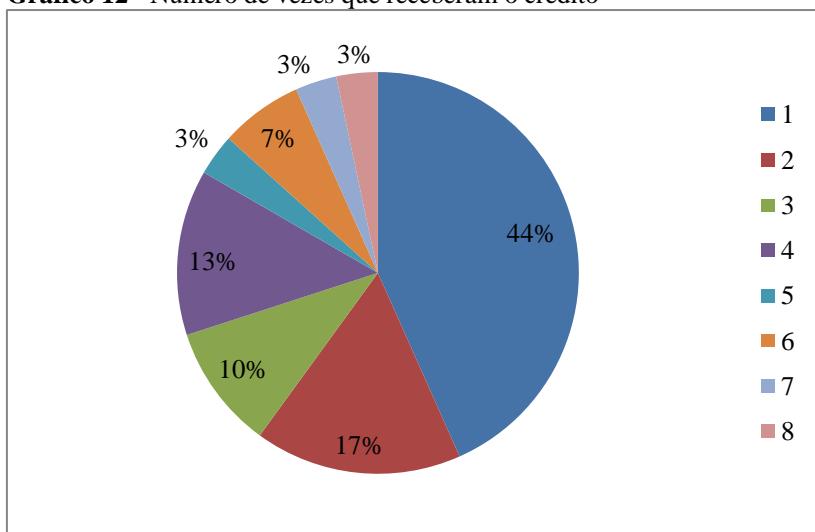


Fonte: Elaborado pela autora

Influência de familiares e amigos que já beneficiou do microcrédito da MORABI foi a principal razão apontada pelas mulheres para recorrerem à MORABI apresentando 47%, a segunda maior razão, com um percentual de 23% foi por terem mais conhecimento da MORABI do que das outras instituições, 13% afirmaram que foi devido às taxas de juros e prazos de pagamentos mais acessíveis e os outros 17% restantes foi por outras razões. Desses 17%, 80% afirmaram que foi porque a instituição tem mais confiança nas pessoas e 20% foi por terem mais facilidade de conseguir o crédito.

Também foi perguntado o número de vezes que as entrevistadas receberam o microcrédito da instituição, o **gráfico 12** mostra as respostas.

**Gráfico 12 - Número de vezes que receberam o crédito**

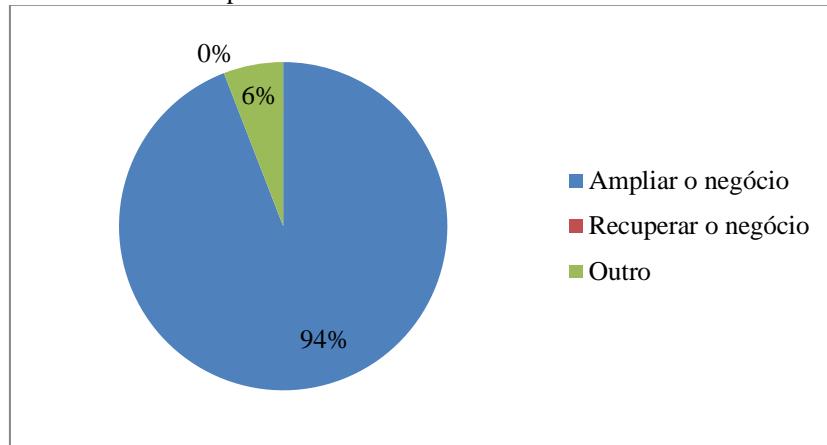


Fonte: Elaborado pela autora

Através da análise dos dados constatou-se que a maioria das entrevistadas (56%) já recebeu o crédito mais do que uma vez e 44% recebeu apenas uma vez. Das que receberam mais do que uma vez tem-se a seguinte distribuição: 17% receberam duas vezes, 13% quatro vezes, 10% receberam três vezes, 7% receberam seis vezes e para cinco, sete e oito vezes cada um obtiveram 3%.

Na pergunta seguinte procurou-se saber a razão que as levou a receber o crédito novamente, essas razões estão expostas no **gráfico 13**.

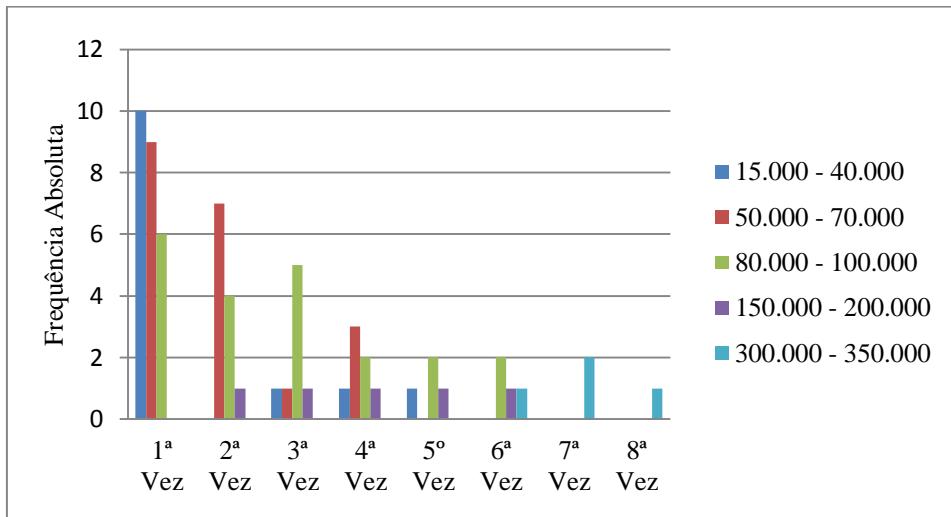
**Gráfico 13 - Razão por receber o crédito mais de uma vez**



**Fonte:** Elaborado pela autora

Das mulheres que repetiram a tomada do crédito (receberam o crédito mais de uma vez) 94% responderam que foi para ampliar o negócio e as outras 6% por outro motivo, a razão apontada foi para aproveitar uma oportunidade de fazer negócio, e nenhuma afirmou que recebeu o crédito para recuperar o negócio, o que mostra que as ações de formação oferecidas pela instituição tem surtido efeito.

O **gráfico 14** mostra o montante que foi recebido pelas entrevistadas.

**Gráfico 14 - Montante Recebido**

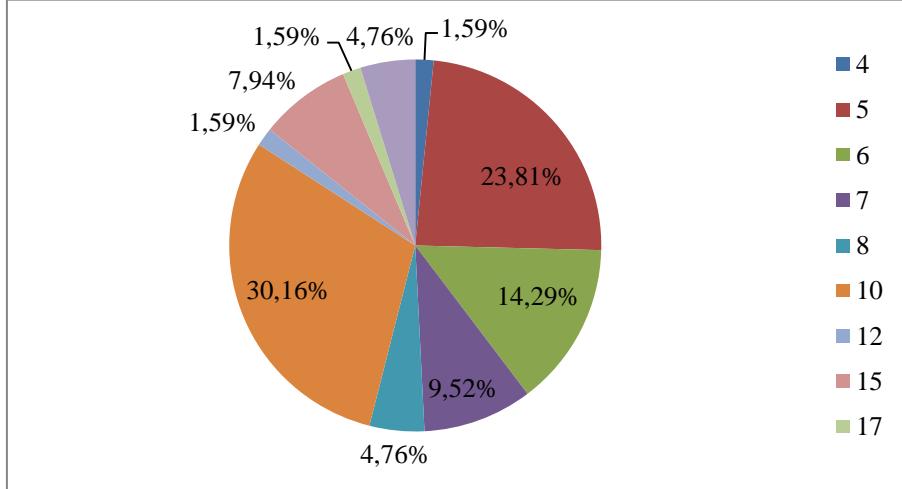
**Fonte:** Elaborado pela autora

Com base no gráfico acima pode-se observar que: no primeiro empréstimo dez das entrevistadas receberam um montante entre 15.000 a 40.000 ECV, nove receberam entre 50.000 a 70.000 ECV e seis receberam entre 80.000 e 100.000 ECV; no segundo empréstimo sete entrevistadas receberam entre 50.000 a 70.000 ECV, quatro receberam entre 80.000 a 100.000 ECV e uma entre 150.000 a 200.000 ECV; no terceiro empréstimo cinco entrevistadas receberam um montante entre 80.000 e 100.000 ECV e três entrevistadas (uma para cada montante) receberam 15.000 a 40.000 ECV, 50.000 a 70.000 ECV e 150.000 a 200.000 ECV; no quarto empréstimo duas entrevistadas (uma para cada montante) receberam 15.000 a 40.000 ECV e 150.000 a 200.000 ECV, três receberam entre 50.000 a 70.000 ECV e duas entre 80.000 a 100.000 ECV; no quinto empréstimo duas entrevistadas receberam entre 15.000 a 40.000 ECV e 150.000 a 200.000 ECV (uma para cada montante) e duas receberam entre 80.000 a 100.000 ECV; no sexto empréstimo duas entrevistadas receberam entre 80.000 a 100.000 ECV e outras duas (uma para cada montante) receberam 150.000 a 200.000 ECV e 300.000 a 350.000 ECV; no sétimo empréstimo duas entrevistadas receberam entre 300.000 a 350.000 ECV e por fim no oitavo empréstimo uma entrevistada recebeu um montante entre 300.000 a 350.000 ECV.

Vale ressaltar que a partir do quinto empréstimo as entrevistadas informaram apenas os três últimos montantes recebidos, pois as mesmas não se recordavam mais com precisão quais os valores iniciais recebidos, mas até ao quarto empréstimo todos os valores recebidos foram informados pelas entrevistadas.

O número de prestações que pagaram para reembolsar o montante emprestado também foi abordado pelo questionário. O gráfico abaixo mostra as respostas obtidas.

**Gráfico 15 - Número de Prestações**

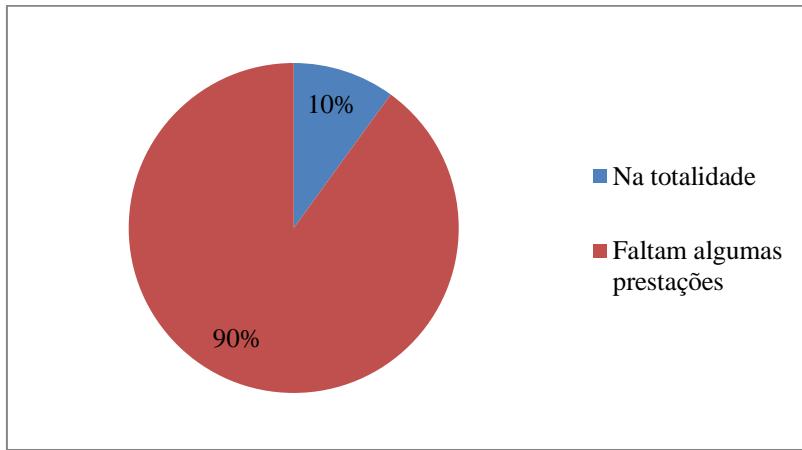


**Fonte:** Elaborado pela autora

O gráfico acima mostra as porcentagens obtidas em cada uma das prestações, onde pode-se observar que a maioria das entrevistadas fez/está fazendo o reembolso em dez prestações (30,16%), 23,81% em cinco prestações, 14,29% em seis prestações, 9,52% em sete prestações, 7,94% em 15 prestações, 4,76% em oito e 24 prestações (cada uma) e 1,59% para quatro, doze e dezessete prestações (cada uma).

Também procurou-se saber se já tinham reembolsado o valor emprestado, o gráfico seguinte apresenta os resultados para essa questão.

**Gráfico 16 - Já fez o reembolso**

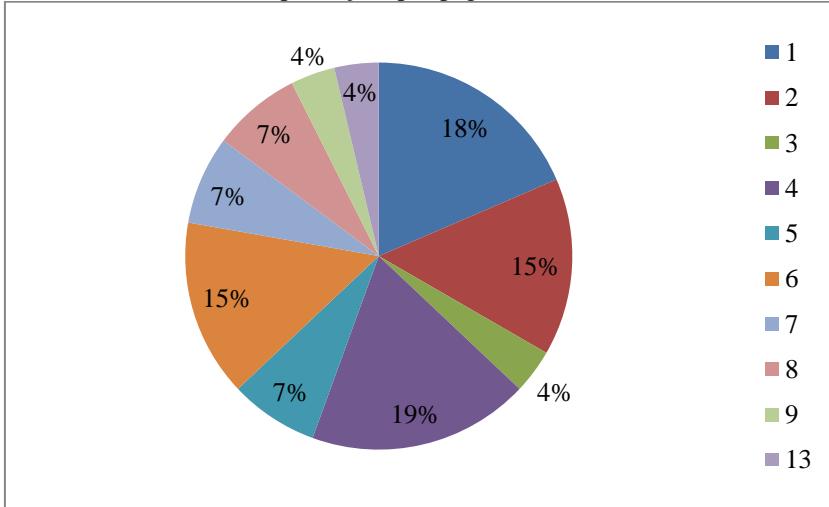


**Fonte:** Elaborado pela autora

Das entrevistadas 10% afirmaram já ter reembolsado o valor do empréstimo na totalidade e para as outras 90% ainda faltam pagar algumas prestações.

O gráfico 17 apresenta o número de prestações do montante recebido que ainda faltam pagar.

**Gráfico 17 - Número de prestações por pagar**

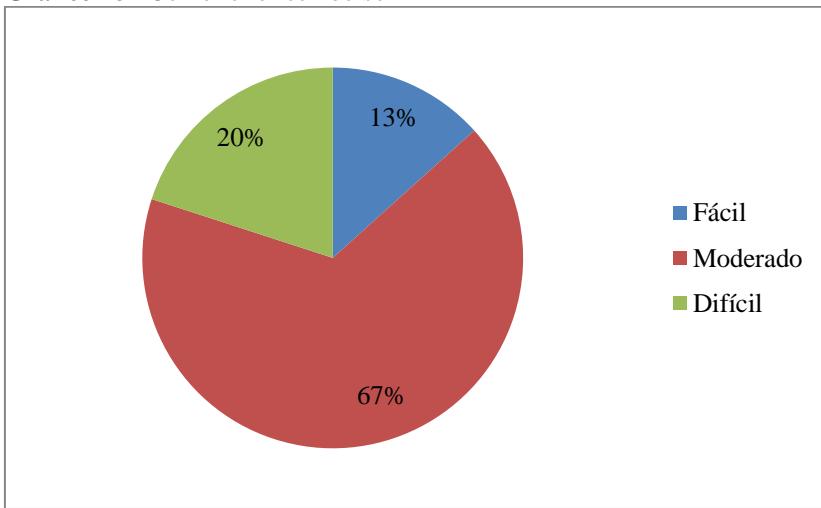


**Fonte:** Elaborado pela autora

Das vinte e sete mulheres que afirmaram ter prestações ainda por pagar, 18% disseram que falta apenas uma prestação, 19% que faltam quatro prestações, 15% cada uma para seis e duas prestações por pagar, 7% (cada uma) para cinco, sete e oito prestações por pagar e por fim 12% (4% para cada) responderam que faltam nove, treze e três prestações.

A pergunta seguinte foi como é que foi/estava sendo o reembolso? Esses dados estão expostos no gráfico abaixo.

**Gráfico 18 - Como foi o reembolso**

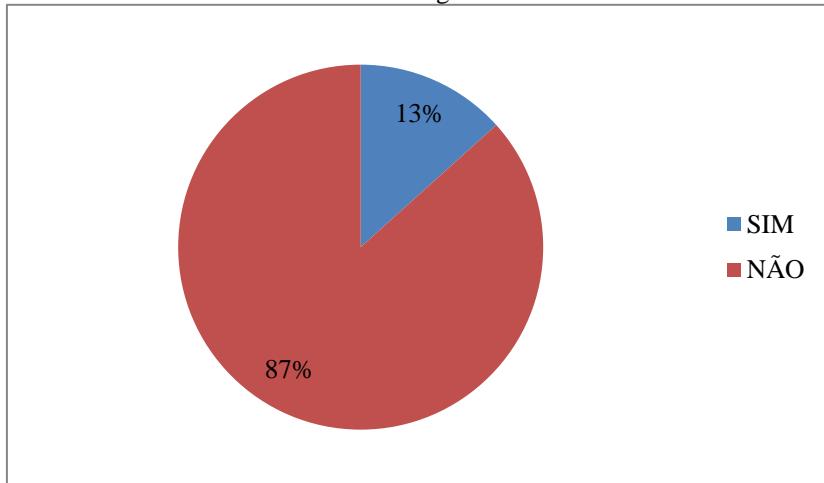


**Fonte:** Elaborado pela autora

Um total de 67% das entrevistadas respondeu que o reembolso foi moderado, 20% respondeu que foi difícil e as outras 13% responderam que foi fácil.

Procurou-se também avaliar se tiveram dificuldades ou não em conseguir o crédito, o **gráfico 19** apresenta as respostas.

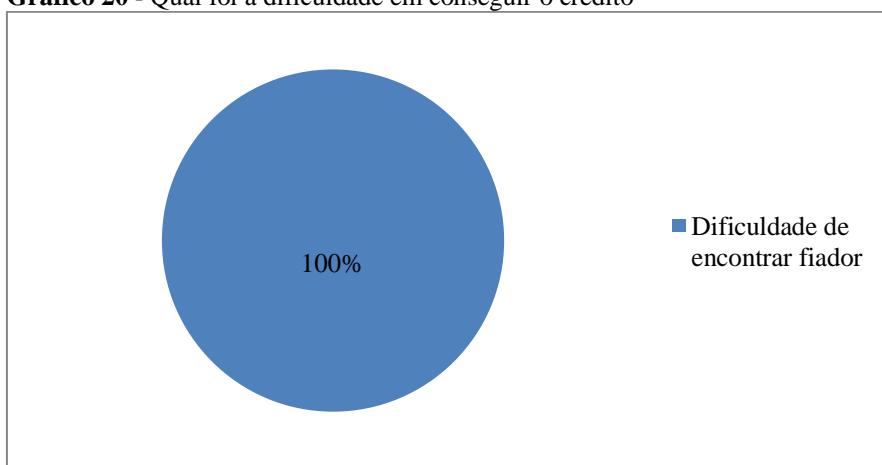
**Gráfico 19** - Teve dificuldade em conseguir o crédito



**Fonte:** Elaborado pela autora

A maioria das mulheres (87%) afirmou que não teve nenhuma dificuldade em conseguir o crédito e apenas 13% afirmaram que tiveram dificuldade. A dificuldade apontada por todas essas mulheres que responderam sim foi encontrar um fiador como mostra o **gráfico 20**.

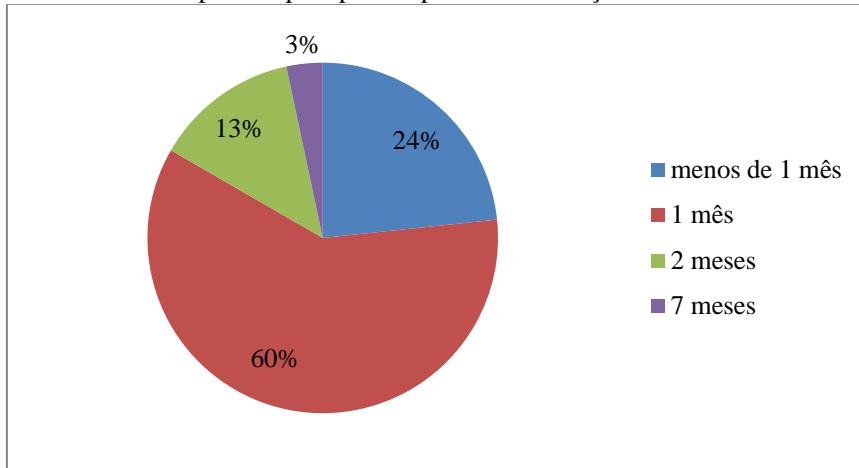
**Gráfico 20** - Qual foi a dificuldade em conseguir o crédito



**Fonte:** Elaborado pela autora

Outro ponto que foi abordado nos questionários foi o tempo que as mulheres esperaram para receber uma resposta da instituição, o **gráfico 21** apresenta as respostas obtidas e suas respectivas frequências.

**Gráfico 21** - Tempo de espera pela resposta da instituição



**Fonte:** Elaborado pela autora

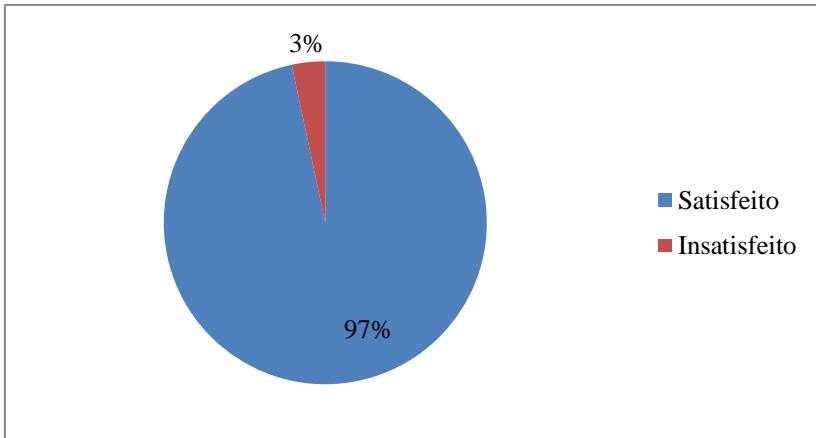
Apartir das respostas, pode-se dizer que o tempo de espera não é muito longo já que 60% afirmaram que esperaram um mês, 24% que o tempo de espera foi menos de um mês, 13% que esperaram dois meses e apenas uma pessoa (equivalente a 3%), respondeu que esperou sete meses.

- **Impactos socioeconômicos no individuo**

Na última parte do questionário buscou-se avaliar o impacto do microcrédito na vida dos indivíduos, foram avaliados variáveis tais como: o grau de satisfação e independência depois de receber e aplicar o crédito, a condição de vida das famílias e como ficou o volume de vendas.

O **gráfico 22** mostra como essas mulheres se sentem depois de ter aplicado o microcrédito.

**Gráfico 22** - Sentimento depois de ter aplicado o crédito

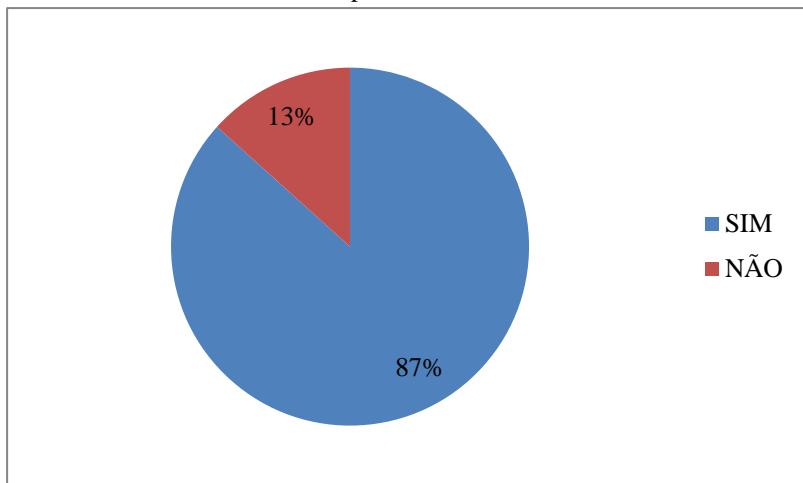


**Fonte:** Elaborado pela autora

Nessa questão apenas uma pessoa (3%) respondeu que se sente insatisfeita, contra 97% que responderam que se sentem satisfeitas depois de ter aplicado o microcrédito.

Em seguida procurou-se saber se as mulheres se sentiam mais independentes, os resultados estão no gráfico abaixo.

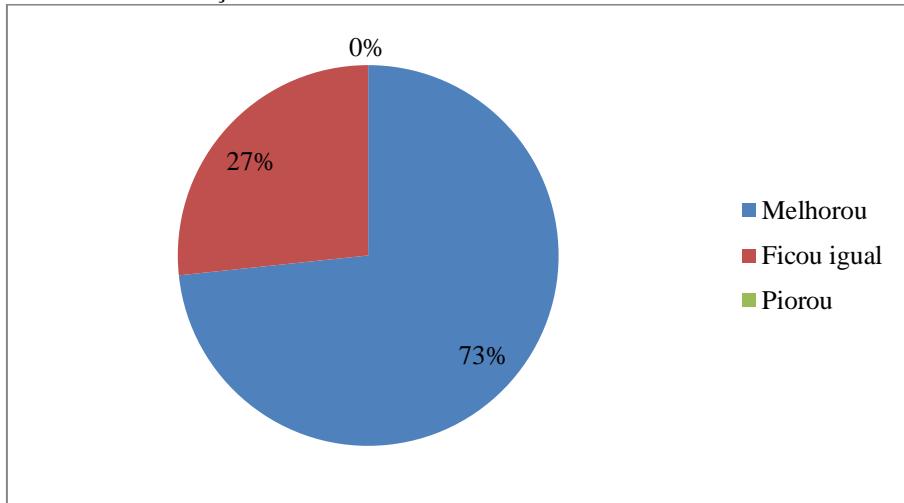
**Gráfico 23 - Sente-se mais independente**



**Fonte:** Elaborado pela autora

A análise do gráfico acima mostra que 87% das entrevistadas afirmou estar se sentindo mais independente e 13% responderam que não.

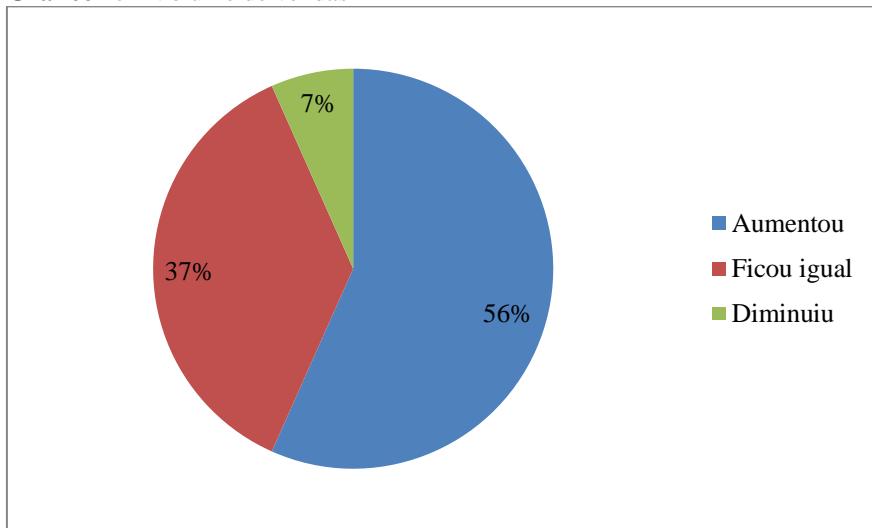
A pergunta seguinte foi: Houve alguma melhoria da condição de vida de suas famílias (na alimentação, saúde, educação dos filhos, habitação)? Os resultados desta questão estão no **gráfico 24**.

**Gráfico 24 -** Condição de vida da família

**Fonte:** Elaborado pela autora

Conforme a tabela e o grafico acima pode-se observar que 73% afirmaram que a condição de vida de suas famílias melhorou, 27% responderam que ficou igual e nenhuma respondeu que piorou.

Buscou-se também avaliar o volume de vendas após receberem o crédito, como mostra o gráfico 25.

**Gráfico 25 -** Volume de vendas

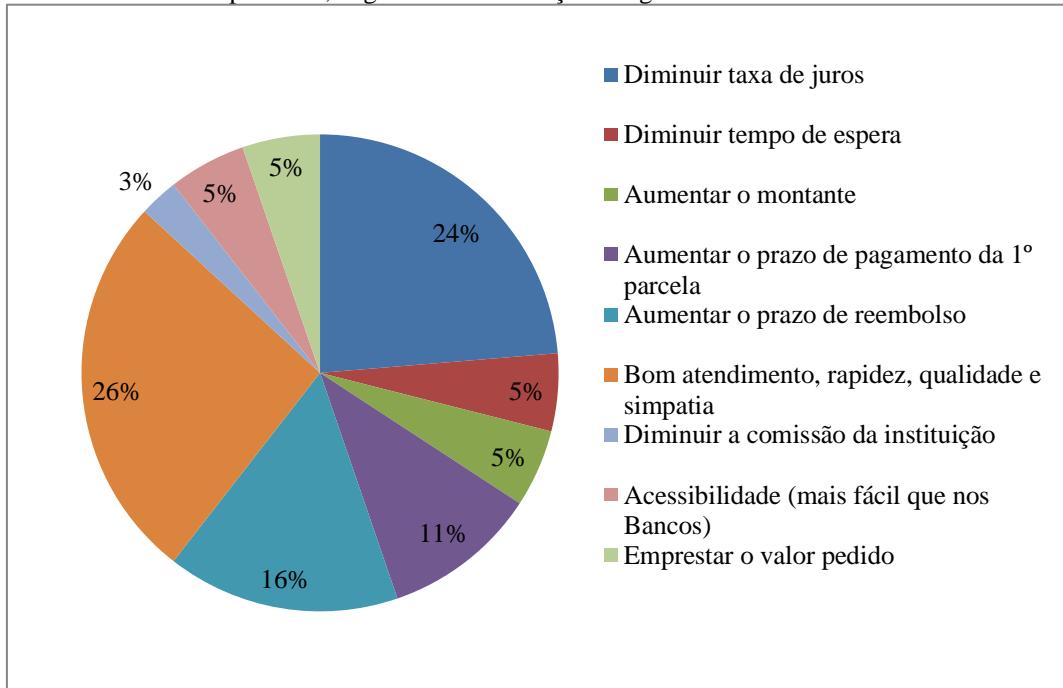
**Fonte:** Elaborado pela autora

Mais da metade das entrevistadas (56%) afirmou que o volume de vendas aumentou, 37% responderam que ficou igual e as restantes 7% afirmam que o volume de vendas diminuiu.

Por fim foi dada às entrevistadas a oportunidade de falarem sobre algum ponto que não havia sido abordado nas questões anteriores, que elas quisessem compartilhar, tal

como algum ponto positivo ou negativos, sugestões ou algo que deve ser melhorado na instituição. O **gráfico 26** mostra os pontos que foram compartilhados pelas entrevistadas.

**Gráfico 26** - Pontos positivos, negativos da instituição e sugestões dos clientes



**Fonte:** Elaborado pela autora

A maioria das entrevistadas (26%) frisaram o bom atendimento, a rapidez, qualidade e simpatia da instituição; 24% sugeriram que a taxa de juros seja reduzida; 16% sugeriram que o prazo de reembolso seja aumentado; 11% sugeriram que a prazo de pagamento da primeira parcela seja aumentado; 5% pedem para que diminuem o tempo de espera, outros 5% que seja aumentado o montante emprestado, e que seja emprestado o valor pedido, por fim 5% consideram como um ponto positivo a acessibilidade, a facilidade com que recebem o crédito na instituição, e afirmam que seja mais fácil do que nos bancos.

### 6.3 Considerações acerca dos dados coletados

Após a análise dos dados coletados nos questionários é necessário fazer uma síntese dos principais resultados bem como mostrar se a foi respondida a pergunta ao problema de pesquisa: o microcrédito contribui para o empoderamento econômico das mulheres da ilha de São Vicente? Mais do que mensurar e quantificar os dados coletados em

cada questionário, procurou-se avaliar o impacto do microcrédito na vida destas mulheres e de suas famílias e suas percepções sobre o crédito concedido pela MORABI, e tentar obter soluções/sugestões para minimizar os problemas ou dificuldades enfrentadas pelas entrevistadas, por esse motivo a pesquisa foi classificada de quali-quantitativo.

Através da análise dos questionários, quanto ao perfil das entrevistadas, constatou-se que a maioria encontra-se na faixa etária entre 31 e 38 anos de idade, nenhuma possui o ensino superior completo e os graus de escolaridade com maior frequência são o ensino primário e secundário incompleto ambos com 33,33% cada um. São na sua grande maioria solteiras (66,67%), apenas duas mulheres responderam que não tinham filhos o que resulta em um percentual de 93,33% das entrevistadas com filhos sendo que 50% possui dois ou três filhos (25% cada) e o agregado familiar delas é composto maioritariamente por quatro pessoas.

Quanto às características do negócio, verificou-se que a profissão/ocupação com maior porcentagem foi o comércio, tanto antes como depois de receberem o microcrédito sendo que aumentou de 44% para 70%. A maior parte das entrevistadas (53,33%) mudou de profissão depois de receber o microcrédito, 36,67% manteve-se na mesma profissão e 10% arranjou mais um negócio para além do desempenhado anteriormente. Aumentar o rendimento familiar (37%) e necessidade de emprego (30%) foram as principais razões que levaram essas mulheres a optar por outra atividade, e a maioria dessas atividades se localiza em espaço próprio (73%).

Também foram avaliadas as condições de crédito da instituição. A pesquisa mostrou que a principal razão dessas mulheres recorrerem à MORABI e não às outras instituições é por influência de familiares e amigos que já beneficiaram do microcrédito oferecido pela instituição. Das entrevistadas, 44% apenas recebeu o crédito uma única vez e os 56% já receberam mais do que uma vez, a maior razão apontada para terem recebido o microcrédito novamente foi para ampliar o negócio (94%).

Quanto ao montante recebido o valor mínimo foi 15 mil escudos e o máximo 350 mil escudos (oitavo foi o número máximo de vez que receberam o crédito), sendo que no primeiro empréstimo o valor máximo concedido variou entre 80 e 100 mil escudos, no segundo, terceiro, quarto e quinto empréstimo foi entre 150 a 200 mil escudos, no sexto, sétimo e oitavo empréstimo variou entre 300 a 350 mil escudos o que permite afirmar que o

montante emprestado aumenta à medida que as entrevistadas adquirem novamente o microcrédito.

A maioria das entrevistadas fez/está fazendo o reembolso em dez e cinco prestações. Apenas três das entrevistadas já fez o reembolso do montante emprestado, 90% ainda está fazendo o reembolso, sendo que 67% afirma que o reembolso está sendo moderado e para a maioria faltam pagar apenas uma ou quatro prestações. Apenas quatro mulheres tiveram problema em conseguir o crédito, ambas devido a dificuldade de encontrar um fiador e a maior parte delas esperaram até um mês para receber uma resposta da instituição.

No que tange aos impactos socioeconômicos do microcrédito na vida das entrevistadas, a análise dos dados coletados revelou que 97% se sentem satisfeitos depois de terem aplicado o microcrédito, apenas uma pessoa disse se sentir insatisfeita, 87% afirmaram que se sentirem mais independentes. A condição de vida das suas famílias melhorou, segundo 73% das entrevistadas, e o volume de vendas aumentou (para 56% das entrevistadas).

No final, foi dada às entrevistadas a oportunidade de falar sobre algo (sugestões, pontos fortes, pontos fracos ou algo que poderia ser melhorado na instituição) que não tinha sido abordado nas questões anteriores e que quisessem falar, o bom atendimento, rapidez e simpatia da instituição foi o maior ponto abordado pelas participantes com 26%. Muitas também reclamam das taxas de juros e sugerem que as mesmas sejam diminuídas e que seja aumentado o prazo de reembolso principalmente da primeira parcela que deve ser quitada logo após 30 dias da concessão do crédito.

## 7. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo demonstrar o papel do microcrédito no empoderamento econômico das mulheres de São Vicente através do microcrédito. A ilha de São Vicente detém a maior porcentagem de desemprego de todo arquipélago de Cabo Verde, sendo que a maioria é do sexo feminino. O resultado da alta taxa de desemprego mostra uma sociedade com grandes desigualdades entre homens e mulheres, muita exclusão social que embora atinja ambos os sexos as mulheres são as que mais sofrem.

Dada escassez de emprego na ilha, principalmente devido à falta de investimentos tanto do setor público quanto do privado, as instituições que concedem o microcrédito aparecem como importantes agentes, ajudando a melhorar as condições de vida de muitas dessas famílias afetadas pelo desemprego, pois a mesmas vêm no microcrédito uma oportunidade de produzir renda, de contribuirem nas despesas, de conciliar trabalho e educação dos filhos, pois muitas ainda vivem no cenário antigo das famílias, em que o homem trabalha e a mulher cuida da educação dos filhos. Mas isto está mudando. Hoje, ciente do valor que possuem, as mulheres estão batalhando no sentido de alcançarem a equidade de gênero, ocupando atualmente muitos cargos que antigamente eram ocupados apenas pelos homens. As mulheres estão se empoderando e mostrando o seu valor, mas, embora as conquistas sejam muitas, as mulheres ainda continuam a ser discriminadas e sujeitas a toda espécie de violência.

Para além do microcrédito, essas instituições têm trabalhado também na questão do planeamento familiar, para que se diminuem o número de filhos nas famílias pobres, fornecendo informações e ações de formação para capacitar essas mulheres para que saibam gerir e obter sucesso no seu negócio, jardins infantis, etc., tudo isso em prol do empoderamento das mulheres chefes de família e de baixa renda.

Foi feita uma pesquisa com as mulheres que receberam o microcrédito na MORABI e, após ter sido feito a síntese dos resultados obtidos, pode-se afirmar que a pergunta de pesquisa foi respondida, o microcrédito contribui para o empoderamento econômico das mulheres de São Vicente. Muitas encontraram no microcrédito a oportunidade de emprego, de conciliarem o trabalho com a educação dos filhos, de ajudarem a aumentar o rendimento familiar. A grande maioria recebeu o microcrédito mais de uma vez, ampliando o negócio, o que pressupõe a necessidade de mais mão-de-obra, garantindo não só o auto-

emprego mais o emprego de terceiros, o desenvolvimento da comunidade onde vivem e a melhoria da condição de vida de suas famílias.

Depois de terem aplicado o microcrédito, a maioria afirmou estar se sentindo satisfeito e independente, com melhorias nas condições de vida de suas famílias (alimentação, saúde, educação e habitação) onde vale ressaltar muitas passaram até a conseguir pagar a universidade dos filhos tanto no país como no exterior, aumentam o número de cômodos da casa, etc, com uma autoestima em alta lutam por uma posição mais justa na sociedade onde cada vez mais vai diminuído o número de mulheres dependente do homem, adquirem assim a possibilidade de decidir e controlar seu próprio destino e mostram que são tão capazes quanto os homens.

As mulheres aumentam a sua autoconfiança, e à medida que a confiança aumenta são capazes de tomar melhores decisões, tomam consciência das suas capacidades, reformulam a identidade, percebem que são dignas de reconhecimento e valorização, assim lutam pelos seus direitos e por uma posição mais justa na sociedade. Esse empoderamento passa também pela luta contra a violência, pelo respeito à sua dignidade e integridade; na sociedade, pelo conhecimento dos seus direitos, pela sua inclusão social, instrução, profissionalização, consciência da cidadania. Com o empoderamento as mulheres tornam-se capazes de expressar suas necessidades, agustias, medos, preocupações, ganham voz para dizer o que desejam e mostrar que têm escolhas próprias, reconhecem seus direitos e passam a se envolver mais na sociedade, na esfera política e cultural, exercendo o direito de cidadania.

O programa de microcrédito oferecido pela MORABI, assim como muitas outras instituições, tem como grande característica a preferência pelo público feminino, sendo que o comércio é a atividade com maior ênfase, e a renda dessas mulheres está voltada frequentemente para o benefício da família, o que dá garantia de maiores ganhos.

O estudo teve algumas limitações tais como: a escassez de bibliografia sobre o microcrédito em Cabo Verde; houve um pequeno atraso na aplicação dos questionários, por estar aguardando o fornecimento da lista das clientes pela instituição, atraso que deve-se ao fato dos arquivos de clientes ainda não serem armazenadas no computador, é tudo manual; algumas mulheres recusaram responder o questionário, embora tenha sido explicado o fim a que o mesmo se destinava, por medo de fornecer dados. Estava prevista também mostrar a evolução, por sexo, dos créditos concedidos na ilha, mas não foi possível, foi enviado um ofício solicitando esses dados, mas a delegação da MORABI na capital não os forneceu.

Como sugestão de trabalhos futuros, poderia ser estudado o impacto do microcrédito na economia da ilha de São Vicente e no arquipélago que Cabo Verde; se o microcrédito está contribuindo para a diminuição da taxa de desemprego da ilha; e como vai ser implementada a agência de informação de crédito, também poderia ser estudada se a mesma contribui para que a camada menos favorecida da população (que não tem meios que sirvam de garantia de pagamento) tenha acesso ao crédito.

## REFERÊNCIAS

BANCO DE CABO VERDE. Gabinete de Microfinanças. **Regulamentação e Supervisão das Microfinanças**: situação das microfinanças em Cabo Verde e perspectiva de regulamentação. Praia, 2009, 14p.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. **Empoderamento**: Instrumento de emancipação social? - Uma discussão conceitual. Revista Debates, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012.

BARONE, Francisco Marcelo et al. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade solidária, 2002.

BLANCHARD, Kenneth H. **Liderança de alto nível**: como criar e liderar organizações de alto desempenho. 1. ed. rev. e ampl. Porto Alegre, RS: Bookman, 2011.

COLLIS, Jill.; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

DELGADO, Manuela Maria D. S. **A Importância do microcrédito e o perfil do microempresário – Ilha de Santo Antão**, 2010. 108p. (Dissertação Mestrado em Gestão de Empresas). Instituto Superior de Ciências Económicas de São Vicente e Instituto Universitário de Lisboa.

FERNANDES, Manuel Moreira. **Microcrédito em Cabo Verde**: Papel do Microcrédito no combate a pobreza em Santa Catarina, 2008. 61p. Monografia, (Bacharelado em Economia e Gestão). Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HAIR, Joseph F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA-INE. **Taxa de desemprego por meio de residência e concelho, segundo sexo e grupo etário**. Disponível em: <<http://www.ine.cv/actualise/dadostat/files/80fb6c0-e5a2-4e8c-aa1a-2981a234398ctaxa%20de%20desemprego%20por%20concelho%20segundo%20sexo%20e%20grupo%20et%C3%A1rio,%202010.pdf>>. Acesso em: 10 Mar. 2013.

\_\_\_\_\_. **População residente por concelho segundo o sexo e meio de residência**. Disponível em: <<http://www.ine.cv/actualise/dadostat/files/40d2ea0c-60db-48e5-bdd3-36ea5f0f0b09popula%C3%A7%C3%A3o%20residente%20por%20concelho%20segundo%20o%20sexo%20e%20meio%20de%20resid%C3%A1ncia,%202010.pdf>>. Acesso em: 10 Abr. 2013.

LISBOA, Teresa K. **Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas**. In: Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. Anais do Seminário Nacional, 2.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing:** foco na decisão. 3. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2011.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAY, Tim. **Pesquisa social:** questões, métodos e processos. Tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. ed., Porto Alegre: Artmed, 2004.

MONZONI Neto, Mario. **Impacto em renda do microcrédito:** uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário. 2006. 195p. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

MOREIRA, Nathalia Carvalho et al. **Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social.** Revista de Administração Pública-Rio de Janeiro 46 (2):403-23, mar./abr. 2012.

NERI, Marcelo Cortes. **Microcrédito, o mistério nordestino e o grameen brasileiro:** perfil e performance dos clientes do CrediAmigo. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS-ONU. **Princípios de Empoderamento das Mulheres.** Disponível em:  
[http://www.unifem.org.br/005/00502001.asp?ttCD\\_CHAVE=29254](http://www.unifem.org.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=29254). Acesso em: 10 Mar. 2013.

PASSOS, Lúcia dos. **Mensagem do presidente.** Disponível em:  
<http://www.morabi.org/mensagem.html>. Acesso em: 20 Jun. 2013.

REFORMA DO ESTADO. **A mulher cabo-verdiana e o seu papel na construção de uma sociedade de paz.** Disponível em: <<http://www.reformadoestado.gov.cv/index.php/news/190-a-mulher-cabo-verdiana-e-o-seu-papel-na-construcao-de-uma-sociedade-de-paz>>. Acesso em: 8 Abr. 2013.

SANTANA, Aparecida de Teixeira; SANTOS, Vadilson André Conceição. **O empowerment e a alta performance organizacional.** Disponível em:  
[http://www.opet.com.br/revista/administracao\\_e\\_cienciascontabeis/pdf/n4/O-EMPOWERMENT-E-A-ALTA-PERFORMANCE-ORGANIZACIONAL.pdf](http://www.opet.com.br/revista/administracao_e_cienciascontabeis/pdf/n4/O-EMPOWERMENT-E-A-ALTA-PERFORMANCE-ORGANIZACIONAL.pdf). Acesso em: 5 Abr. 2013

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SEBRAE. **O que é e quem pode acessar o microcrédito.** Disponível em:  
[http://www.sebrae.com.br/uf/rondonia/orientacao-empresarial/credito-e-microcredito/o-que-e-microcredito/BIA\\_450](http://www.sebrae.com.br/uf/rondonia/orientacao-empresarial/credito-e-microcredito/o-que-e-microcredito/BIA_450). Acesso em: 11 de Abr. 2013.

SOUZA, Jane Mary Gondim de. **Microcrédito em Fortaleza.** Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2011. 117 p. (Documentos do ETENE; n.30).

TANNURI, Dulce Mj. J. **Desenvolvimento local e práticas inovadoras.** 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatorios de pesquisa em administracao.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

YOSFIAH, Muhammad Yunus. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo, SP: Ática, c1997. 343 p.: ISBN 85-08-07503-0 (broch.)

## **APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO ÁS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO MICROCRÉDITO DA MORABI**

### **Pesquisa sobre “O Empoderamento econômico das mulheres de São Vicente através do microcrédito”**

Meu nome é Eliane Sueli da Luz dos Santos, sou aluna do 9º semestre do curso de Administração na Universidade Federal do Ceará (Fortaleza-Brasil). Pretendo levar a cabo uma pesquisa, para o meu trabalho monográfico, sobre “O empoderamento econômico das mulheres de São Vicente através do microcrédito”.

Informo que este questionário é anônimo e confidencial e os dados coletados serão para uso exclusivo do trabalho em questão.

Obrigada pela sua colaboração!

#### **1. Identificação**

1.1 Idade \_\_\_\_\_

1.2 Nível de escolaridade:

- |                   |                                   |                                     |
|-------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|
| Ensino Primário   | <input type="checkbox"/> Completo | <input type="checkbox"/> Incompleto |
| Ensino Secundário | <input type="checkbox"/> Completo | <input type="checkbox"/> Incompleto |
| Ensino Médio      | <input type="checkbox"/> Completo | <input type="checkbox"/> Incompleto |
| Ensino Superior   | <input type="checkbox"/> Completo | <input type="checkbox"/> Incompleto |

1.3 Estado civil:

- |                                   |                                     |
|-----------------------------------|-------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Solteira | <input type="checkbox"/> Divorciada |
| <input type="checkbox"/> Casada   | <input type="checkbox"/> Viúva      |

1.4 Qual é o número de pessoas do seu agregado familiar? \_\_\_\_\_

1.5 Tem filhos?

- |                              |                              |
|------------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
|------------------------------|------------------------------|

1.6 Se sim, quantos? \_\_\_\_\_

#### **2. Características do negócio**

2.1 Qual era a ocupação/profissão que desempenhava antes de receber o microcrédito?

2.2 E atualmente? \_\_\_\_\_

2.3 Qual é razão que a levou a optar por essa nova actividade?

- |  |
|--|
| <input type="checkbox"/> Sonho de ter o seu próprio negócio                            |
| <input type="checkbox"/> Reconhecimento de uma nova oportunidade de negócio no mercado |
| <input type="checkbox"/> Necessidade de emprego  |
| <input type="checkbox"/> Aumentar o rendimento familiar                                |
| <input type="checkbox"/> Outra _____   |

2.4 Localização da actividade:

- (  ) No mercado  
(  ) Em espaço alugado  
(  ) Em espaço próprio  
(  ) Ambulante  
(  ) Outro \_\_\_\_\_

**3. Condições de crédito**

3.1 Porque recorreu à MORABI e não a outra instituição?

- (  ) As taxas de juro, prazos de pagamento são mais acessíveis  
(  ) Por influência de um familiar e/ou um amigo que já beneficiou do microcrédito na MORABI  
(  ) Por ter mais conhecimento da MORABI do que as outras instituições  
(  ) Outra \_\_\_\_\_

3.2 Quantas vezes receberam o crédito? \_\_\_\_\_

3.3 Caso tenha recebido mais de uma vez, porque tomou o MC outra vez?

- (  ) Ampliar o negócio  
(  ) Recuperar o negócio  
(  ) Outro \_\_\_\_\_

3.4 Qual foi o montante?

- 1<sup>a</sup> Vez \_\_\_\_\_  
2<sup>a</sup> Vez \_\_\_\_\_  
3<sup>a</sup> Vez \_\_\_\_\_

3.5 Para reembolsar em quantas prestações?

---

3.6 Já fez o reembolso:

- (  ) Na totalidade  
(  ) Falta algumas prestações. Quantas? \_\_\_\_\_

3.7 Como foi o reembolso?

- (  ) Fácil  
(  ) Moderado  
(  ) Difícil

3.8 Você teve alguma dificuldade em conseguir o crédito?

- (  ) Sim      (  ) Não

3.9 Se sim qual foi? \_\_\_\_\_

3.10 Quanto tempo você esperou para receber uma resposta da instituição?

---

#### 4. Impactos socioeconômicos no individuo

#### 4.1 Como se sente depois de ter aplicado o microcrédito?

( ) Satisfeito ( ) Insatisfeito

## 4.2 Sente-se mais independente?

( ) Sim ( ) Não

4.3 Houve melhoria das condições de vida da sua família (na alimentação, saúde, educação dos filhos, habitação) ?

( ) Melhorou

( ) Ficou igual

( ) Piorou

#### 4.4 O Volume de vendas após a tomada de crédito:

( ) Aumentou

( ) Ficou igual

( ) Diminui

4.5 Fala sobre algum ponto dessa experiência que não foi tratado nas questões anteriores, e que gostarias que compartilhar (Pontos positivos ou negativos, sugestões, algo que deve ser melhorado...)

**Obrigada!**

## ANEXO A – LEI DAS MICROFINANÇAS

620 I SÉRIE – N.º 34 (B. O.) DA REPÚBLICA DE CABO VERDE — 10 DE SETEMBRO DE 2007

### ASSEMBLEIA NACIONAL

Artigo 4º

#### Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 27 de Julho de 2007.

O Presidente da Assembleia Nacional, Aristides Raimundo Lima

Promulgada em 20 de Agosto de 2007.

Publique-se.

O Presidente da República, PEDRO VERONA RODRIGUES PIRES

Assinada em 27 de Agosto de 2007.

O Presidente da Assembleia Nacional, Aristides Raimundo Lima

Lei n.º 15/VII/2007

de 10 de Setembro

Por mandato do Povo, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 174º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1º

#### Objecto e Âmbito

1. A presente lei tem por fim a regularização dos documentos de despesas retidos em cofre nas Tesourarias das Câmaras Municipais, sem o subsequente tratamento contabilístico e de fiscalização financeira legalmente previstos.

2. A presente lei aplica-se unicamente às situações nela previstas ocorridas até à data da entrada em vigor da Lei n.º 85/VII/2005, de 26 de Dezembro, que estabelece os crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos.

Artigo 2º

#### Procedimentos

1. Os Municípios que estejam na situação prevista no artigo 1º, devem arrancar os referidos documentos, separá-los em lotes anuais de comprovativos de despesas municipais e despesas extra-municipais classificá-los segundo a natureza das despesas em causa, respeitando a classificação económica vigente.

2. Os registos contabilísticos e documentos de prestação de contas devem traduzir o estorno efectuado, desincorporando dos saldos o montante global dos documentos em cofre, que antes figurava a débito no modelo 2 – conta de gerência.

3. Subsequente aos procedimentos referidos no número anterior, os Municípios devem remeter os documentos em causa, ao Tribunal de Contas para efeitos de julgamento, no prazo de noventa dias.

Artigo 3º

#### Efectivação de responsabilidades

1. Os documentos retirados dos cofres devem ser remetidos ao Tribunal de Contas para efeitos de julgamento, podendo ser assacadas responsabilidades financeiras aos agentes infractores em processo próprio de efectivação de responsabilidades financeiras reintegratória.

2. A mera violação dos procedimentos administrativos em actos de execução orçamental que traduzam a realização de uma despesa municipal não implica responsabilidade sancionatória punitiva.

Lei n.º 15/VII/2007

de 10 de Setembro

Por mandato do povo, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 174º da Constituição, o seguinte:

### CAPÍTULO I

#### Disposições Gerais

Artigo 1º

#### Objecto

O presente diploma regula a actividade de micro-finâncias em todo o território nacional.

Artigo 2º

#### Natureza

Considera-se micro-finâncias, para efeitos do presente diploma, a actividade exercida pelas entidades autorizadas, sem o estatuto de instituições de crédito ou para-bancárias, e que praticam habitualmente operações de crédito e/ou de recolha de poupança dos seus membros e ofereçam serviços financeiros específicos a favor das populações que operam essencialmente à margem do circuito bancário tradicional.

Artigo 3º

#### Quem pode desenvolver a actividade de micro-finâncias

1. Podem desenvolver a actividade de micro-finâncias, e como tais consideradas Instituições de Micro-finâncias, abreviadamente designadas "IMFs", nomeadamente, as cooperativas, as organizações não governamentais, as associações ou fundações de interesse social, legalmente constituídas e devidamente autorizadas.

2. Para efeitos do n.º 1, podem desenvolver igualmente as actividades de micro-finâncias todas as instituições

L4R2V6U8-29P3TAVB-5462K2E-243XBBGY-1C7P0V7X-10190170-5P905B5H-124J4M6O

que concedem créditos, captam poupanças, praticam o mútuo e ou outras prestações de natureza social a terceiros sem exercer a actividade de recolha de depósitos do público em geral.

3. As mutualidades de saúde são também consideradas Instituições de Micro-finâncias.

4. O disposto nos números anteriores entende-se sem prejuízo dos bancos comerciais ou outras instituições financeiras poderem exercer também actividades de micro-finâncias, no quadro da legislação que lhes é aplicável.

Artigo 4º

#### Prestação de outros serviços conexos

As Instituições de Micro-finâncias podem efectuar a favor dos seus clientes todas as operações conexas ligadas à concessão de micro-finâncias, designadamente, a formação e a assistência técnica.

### CAPÍTULO II

#### Condições de exercício da actividade de micro-finâncias

Artigo 5º

##### Autorização prévia

1. O exercício da actividade de micro-finâncias depende de autorização prévia do Banco de Cabo-Verde, ouvido o Conselho Consultivo das Micro-finâncias.

2. A autorização referida no número anterior, deverá ser publicada no *Boletim Oficial*.

Artigo 6º

##### Requisitos da autorização

1. A autorização prevista no artigo 5º é concedida se a instituição requerente preencher os seguintes requisitos:

- Tiver por objecto estatutário o desenvolvimento e a integração social e económica dos seus membros e/ou das comunidades rurais ou urbanas por elas servidas;
- Apresentar um plano de desenvolvimento da sua actividade, designadamente em matéria de implantação, concessão de micro-finâncias e o resultado esperado quanto à inserção social e económica das comunidades visadas;

2. O Banco de Cabo Verde pode solicitar aos requerentes informações ou elementos complementares e efectuar as averiguações que considere necessárias ou úteis à decisão do processo.

Artigo 7º

##### Decisão

1. A concessão ou a recusa da autorização de exercício da actividade de micro-finâncias deve ser comunicada, por escrito, à instituição requerente no prazo máximo de 30 dias a contar da data da recepção do pedido ou das informações ou elementos complementares, se couber, referidos no nº 2 do artigo anterior.

2. Na falta de comunicação da decisão no prazo referido no número anterior, a mesma considera-se tacitamente concedida.

3. Da decisão de recusa do pedido de autorização cabe recurso contencioso nos termos da lei.

Artigo 8º

##### Caducidade da autorização

1. A autorização caduca se a entidade requerente não iniciar a actividade no prazo máximo de 12 meses a contar da data da sua concessão.

2. O prazo referido no número 1 pode ser prorrogado pelo Banco de Cabo Verde, à solicitação fundamentada da entidade requerente, ouvido o conselho consultivo.

Artigo 9º

##### Revogação da autorização

1. Sem prejuízo de outras disposições legais aplicáveis, a autorização pode ser revogada, se se verificar algumas das seguintes situações:

- Ter sido obtida por meio de falsas declarações ou outros meios ilícitos;
- A instituição requerente cessar a sua actividade ou mantê-la significativamente reduzida por período superior a um ano;
- Ser recusado, por falta de idoneidade, o registo da designação de membros da direcção;
- Ocorrerem infracções graves no desenvolvimento da actividade, na organização contabilística ou na fiscalização interna da instituição;
- Não dar a instituição garantia de cumprimento das suas obrigações para com os credores, em especial, quanto à segurança dos fundos que lhe tiverem sido confiados, se couber;
- A instituição não cumprir as leis, regulamentos e instruções que disciplinem a sua actividade;

2. O facto previsto na alínea c) do número anterior não constituirá fundamento de revogação se no prazo que o Banco de Cabo Verde estabelecer a instituição proceder à designação de outro director cujo registo seja aceite.

3. A decisão de revogação deve ser fundamentada e comunicada à instituição no prazo de trinta dias a contar da data em que for tomada.

4. Da decisão que revogue o pedido de autorização cabe recurso contencioso nos termos legais.

Artigo 10º

##### Registo especial

1. As Instituições de Micro-finâncias estão sujeitas a registo especial no Banco de Cabo Verde, o qual abrange:

- A denominação;
- O objecto;

- c) A data e forma de constituição;
- d) A data de publicação dos Estatutos no *Boletim Oficial*;
- e) O lugar da sede;
- f) O lugar e a data de criação de delegações, se couber;
- g) A identificação dos membros dos órgãos sociais;
- h) As alterações que se verificarem nos elementos referidos nas alíneas anteriores.

2. O averbamento das alterações relativas aos elementos abrangidos pelo registo especial deve ser requerido no prazo de trinta dias a contar da data em que elas se verificarem.

3. O Banco de Cabo Verde deve comunicar ao Ministério responsável pela definição das políticas de Solidariedade Social a relação das Instituições de Micro-finâncias que operam no país e constantes do seu registo de dados e o relatório financeiro das mesmas.

Artigo 11º

#### Impedimentos

Fica impedido de ser fundador ou membro de órgãos de gestão das Instituições de Micro-finâncias, de administrar, dirigir, gerir ou representar a qualquer título qualquer Instituição de Micro-finâncias, se não tiver idoneidade moral e cívica para tal, designadamente, se tiver sido condenado por delitos económicos e financeiros ou se tiver dirigido alguma empresa ou instituição que tenha sido objecto de processos de falência ou liquidação judicial, com trânsito em julgado.

Artigo 12º

#### Comissões e taxas de juro

1. As comissões e taxas de juros aplicáveis nas operações de micro-finâncias devem ser fixadas tendo em conta a estrutura de custo do micro-crédito, de forma a não por em causa a sustentabilidade do sistema e nem a transferir custos indevidos para os beneficiários.

2. O Conselho Consultivo das Micro-finâncias estabelecerá e actualizará periodicamente os parâmetros da estrutura de custo do sector, por forma a orientar as IMF's na materialização do disposto no número anterior.

Artigo 13º

#### Garantias

As garantias aos créditos concedidos no sector das micro-finâncias serão objecto de um regime jurídico específico a definir por Decreto-Lei.

Artigo 14º

#### Publicidade das condições aplicáveis

As Instituições de Micro-finâncias devem levar ao conhecimento do público, designadamente por fixação à porta do seu local de funcionamento, as condições aplicáveis às suas operações de crédito, particularmente em matéria de comissões, despesas administrativas e outras a cargo do beneficiário do micro-crédito.

### CAPITULO III

#### Recursos das instituições de micro-finâncias

Artigo 15º

#### Recursos

Para além das cotizações e contribuições dos seus membros, os recursos das Instituições de Micro-finâncias previstos no presente diploma podem ser constituídos por:

- a) Donativos ou subvenções públicos ou privados;
- b) Empréstimos;
- c) Captação de poupanças, se couber;
- d) Juros e comissões percebidas pelos micro-créditos concedidos e outras prestações no âmbito das micro-finâncias;
- e) Fundos colocados à sua disposição no quadro de convênios ou contratos-programa assinados com o Governo, os organismos públicos ou as colectividades locais;
- f) Recursos concessionais que o Estado pode mobilizar em seu benefício, no quadro da cooperação bilateral ou multilateral;
- g) Os proveitos gerados pela aplicação dos seus fundos;
- h) O reembolso dos empréstimos.

Artigo 16º

#### Contribuições públicas

1. As Instituições de Micro-finâncias podem recorrer à colecta de fundos por apelo à solidariedade social.

2. Ficam no entanto obrigadas a prestar informações ao Banco de Cabo Verde sobre as condições, circunstâncias e resultados da referida colecta de fundos.

Artigo 17º

#### Proibição de distribuição de dividendos

1. As subvenções, os recursos concessionais e os resultados de fim de exercício das Instituições de Micro-finâncias devem ser afectados à própria actividade do sector das micro-finâncias, salvo o disposto no número 3 deste artigo.

2. A distribuição, sob qualquer forma que seja, de benefícios para as Instituições de Micro-finâncias é proibida.

3. As instituições de micro-finâncias podem destinar até 20% dos resultados de fim de exercício ao financiamento de ações de natureza social.



## 624 I SÉRIE — N.º 34 «B. O.» DA REPÚBLICA DE CABO VERDE — 10 DE SETEMBRO DE 2007

- c) Regulação do sector de micro-finâncias;
- d) Modelos ou softwares de gestão adaptados à contabilidade das Instituições de micro-finâncias;
- e) Estrutura de custos do sector de micro-finâncias;
- f) A revogação da autorização de exercício.

## CAPÍTULO VII

## União ou federação das instituições de micro-finâncias

Artigo 24º

Constituição

1. As Instituições autorizadas a exercer as operações de micro-finâncias podem constituir ou aderir a União ou a Federação das Instituições de Micro-finâncias.
2. As atribuições e competências, bem como os termos e as condições de agrupamento das Instituições de Micro-finâncias referidas no número anterior são definidas por Decreto-Lei.

## CAPÍTULO VIII

## Fusão e cisão das instituições de micro-finâncias

Artigo 25º

Fusão e cisão

1. Duas ou mais Instituições de Micro-finâncias podem reagrupar-se e fundirem-se numa nova instituição.
2. Uma Instituição de Micro-finâncias pode cindir-se em duas ou mais Instituições.
3. As condições e modalidades de fusão e cisão são definidas por Decreto-Lei.

## CAPÍTULO IX

## Constituição de organismos financeiros

Artigo 26º

Criação de bancos

Uma rede ou conjunto de instituições de micro-finâncias pode constituir um organismo financeiro, constituída sob a forma de sociedade comercial, e com estatuto de instituição de crédito bancária ou parabancária e regida, salvo disporição legal em contrário, pelas normas legais e regulamentares aplicáveis a estas instituições.

Artigo 27º

Objecto

1. O organismo financeiro referido no artigo anterior tem principalmente por objecto centralizar e gerir os excedentes de recursos das instituições de micro-finâncias que o tenham criado.
2. No desenvolvimento das suas atribuições o organismo financeiro poderá, nomeadamente:
  - a) Assegurar o refinanciamento das instituições de micro-finâncias;
  - b) Contribuir para a garantia da liquidez das instituições membro e assegurar a sua solidariedade financeira interna;

- c) Mobilizar financiamentos exteriores e assistência técnica em benefício dos seus membros;
- d) Receber, nas condições previstas pelos estatutos, depósitos do público e contribuir para a rentabilização dos recursos mobilizados;
- e) Efectuar depósitos e conceder empréstimos;
- f) Gerir os fundos de liquidez ou os fundos de garantia e proceder aos investimentos;
- g) Emitir títulos e obter e contrair empréstimos nas condições previstas pela legislação em vigor.

## CAPÍTULO X

## Sanções

Artigo 28º

## Sanções

As infracções às disposições da presente lei são aplicáveis, com as devidas adaptações, o regime das infracções e sanções constantes da lei n.º 3/V/96, de 1 de Julho.

## CAPÍTULO XI

## Disposições transitórias e finais

Artigo 29º

Adaptação e regulamentação

1. As associações e outras instituições que praticam micro-finâncias no país à data da entrada em vigor do presente diploma ficam dispensadas dos procedimentos de autorização de exercício da actividade de micro-finâncias previstos nos artigos 5º e seguintes, devendo contudo promover a sua inscrição no Banco de Cabo Verde no prazo de 90 dias, a contar da data da sua entrada em vigor.

2. Da inscrição devem constar os elementos previstos no artigo 10º do presente diploma.

3. O Governo regulamentará todos os aspectos necessários à boa execução do presente diploma, no prazo de seis meses, a contar da sua aprovação.

4. O Banco de Cabo Verde emitirá as directrizes, orientações e avisos necessários à implementação das disposições aplicáveis no domínio da sua competência, visando a boa regulação e dinâmica do sector de micro-finâncias em Cabo Verde.

Artigo 30º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Aprovada em 27 de Julho de 2007.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*

Promulgada em 20 de Agosto de 2007

Publique-se.

O Presidente da República, *PEDRO VERONA RODRIGUES PIRES*

Assinada em 27 de Agosto de 2007

O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*